

**Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Direito**

SIMONE STACIARINI PUTTINI DE ALMEIDA

**O TRATAMENTO LEGAL DO USUÁRIO: MUDANÇAS E PERSPECTIVAS
ADVINDAS COM A NOVA LEI DE DROGAS**

**BRASÍLIA
Outubro/2012**

Simone Staciarini Puttini de Almeida

O tratamento legal do usuário: mudanças e perspectivas advindas com a nova Lei de Drogas

Monografia apresentada a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), como requisito à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Professora Dra. Beatriz Vargas Ramos

**Brasília
2012**

Simone Staciarini Puttini de Almeida

O tratamento legal do usuário: mudanças e perspectivas advindas com a nova Lei de Drogas

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), como requisito à obtenção do título de Bacharel em Direito, aprovada com conceito SS.

Brasília, 09 de outubro de 2012.

Profª. Dra. Beatriz Vargas Ramos
Orientadora - Universidade de Brasília – UnB

Profª. Dra. Ela Viecko Volkmer de Castilho
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Evandro Piza Duarte
Universidade de Brasília - UnB

Agradecimento

Agradeço primeiramente a Deus, por me ajudar na realização desse sonho.

Ao meu marido, amor da minha vida, pelo carinho, dedicação e companheirismo.

Aos meus filhos, razão da minha vida.

Agradeço a meus pais, por sempre me apoiarem e acreditarem em mim.

A minha querida orientadora. Minha estrela guia.

“Eduquem-se os meninos, e não será preciso castigar os homens” (Pitágoras)

Resumo

A presente monografia é resultado de uma análise teórica dos aspectos referentes aos usuários de drogas na legislação brasileira. A política pública brasileira atual no combate ao uso de drogas é considerada nesta monografia como um fracasso, pois está longe de alcançar seu objetivo de diminuição do consumo de drogas na sociedade. A criminalização das drogas promove a exclusão social, aumento da violência e não melhora a saúde pública, como proclama. Diante disso, a descriminalização plena dos usuários é a melhor solução apontada, já que causaria menos danos sociais, pessoais e econômicos. Com as mudanças surgidas a partir da Lei nº 11.343/06, conhecida como nova Lei de Drogas, e a despenalização do usuário de drogas, o presente estudo buscou dados estatísticos na Polícia Civil do DF a fim de responder a indagação de que haveria um significativo desinteresse da polícia frente ao crime de porte para uso pessoal. Com uma análise numérica dos dados levantados, constatou-se que não foram suficientes para confirmar a premissa de que haveria uma diminuição da ação policial frente ao consumo de drogas. Com intuito de apontar alguns episódios importantes que fomentaram a Lei de 2006, foi apresentado um histórico da legislação brasileira em matéria de drogas, desde as Ordenações Filipinas até a Lei nº 11.343/06. Os procedimentos policiais e judiciais do usuário de drogas, a função do Estado na repressão e o debate entre criminalização ou descriminalização formaram os capítulos iniciais, como etapas, para chegar às considerações finais em quem concluiu-se que é necessário um discurso menos moralizador e mais humanizado em relação ao usuário.

Palavras-chave: criminalização, descriminalização, Lei nº 11.343/06, usuário de drogas, polícia, repressão.

Abstract

This monograph presents a theoretical analysis of the aspects of Brazilian law about drug consumers. The current Brazilian policy for reducing drug abuse has failed. The criminalization of drug use socially excludes drug consumers, leads to raise of violence, and do not improve public health, as supposed. Therefore, decriminalizing the drug consumption completely is seen as the best solution, as this approach would reduce social damage. This work aims at analyzing the effects of the changes introduced from the Law 11.343/06, also known as the New Drugs Law, which excluded penalties for drug users. Statistical data from the Federal District Civil Police was analyzed in order to evaluate if there is a relevant reduction of police actions regarding possession of drugs for personal consumption. The analysis of these data was not able to confirm the reduction of police action against drug consumption. In order to point out some relevant facts that contributed with the formulation of the Law 11.343/06, this study also presents a historical compilation of the Brazilian Law related to drugs, from the *Ordenações Filipinas* to the Law 11.343/06. The police and court procedures in regard to drug users, the State function of drug repression and the debate about criminalizing versus decriminalizing drug consumption is discussed and leads to the conclusion that a less moralizing and more humanizing rhetoric about drug users is needed.

Key-words: criminalization, decriminalization, Law nº 11.343/06, drug user, police, repression

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1. Breve histórico: Introdução ao tema e Evolução Legislativa	10
Capítulo 2. Usuário, Dependente, Traficante	18
2.1 Usuários na nova Lei de Drogas	20
2.2 Posse de drogas e prisão em flagrante	23
2.3 Das penas e dos Procedimentos Penais aplicados ao usuário	25
Capítulo 3. Função do Estado na repressão/prevenção	28
3.1 Consequências econômicas	29
3.1.1 Consequências no sistema prisional brasileiro	30
3.2 Consequências pessoais	32
Capítulo 4. Proibir ou não Proibir?	35
4.1 Comparação de Políticas Públicas de Combate às Drogas.....	40
4.1.1 Modelo português e a Política Pública adotada para usuários e dependentes	41
4.1.2 Modelo holandês e a política pública adotada para usuários e dependentes	43
4.2 Política de Redução de Danos, críticas e alternativas ao proibicionismo	44
Capítulo 5. Apresentação e Análise da Estatística dos Registros de Ocorrências Policiais de Tráfico e Uso de drogas na Polícia Civil do DF	46
Conclusão	56
Referências	59
Anexo I Requerimento encaminhado a DEPO	
Anexo II Tabela de Dados Estatísticos Fornecida pela DEPO	

Introdução

A presente monografia, para conclusão do Curso de Graduação de Direito, na Faculdade de Direito da UnB, tem como tema o tratamento dos usuários de drogas na legislação brasileira. A delimitação do tema está nas mudanças surgidas a partir da Lei nº 11.343/06, conhecida como nova Lei de Drogas. Sua base de sustentação está no discurso atual que, embora proibicionista, vem aceitando soluções menos duras em relação ao consumidor. Compreendemos que o modelo atual deve ser submetido a críticas e questionamentos, pois apesar de algumas mudanças significativas na Lei nº 11.343/2006, como a despenalização do usuário de drogas, ainda estamos longe de alcançar um resultado satisfatório, ou seja, que cause menos danos sociais e pessoais.

Abriremos o debate acerca da ineficácia da política pública brasileira atual no combate ao uso de drogas, considerada nesta monografia como um fracasso, pois acreditamos que está mais distante do que nunca de seu objetivo de diminuição do uso de drogas ilícitas na sociedade. Defenderemos a possibilidade de novas estratégias para tratar o problema de drogas no Brasil sendo apontada como a melhor solução para a questão a descriminalização plena para usuários.

Para tanto, são propostos alguns objetivos específicos que conduzirão ao desenvolvimento e conclusão do presente trabalho. Primeiramente, apresentamos um histórico da legislação brasileira em matéria de drogas, desde as Ordenações Filipinas até a Lei nº 11.343/06 vigente, a qual consolidou a matriz proibicionista do sistema penal atual. Tal capítulo foi incluído para instrumentalizar o presente trabalho com intuito de apontar alguns episódios importantes que fomentaram, basearam e conduziram a nossa legislação atual.

Apesar de apenas alguns anos de vigência da Lei nº 11.343/2006, alguns pontos específicos em seu texto poderão ser alterados em um futuro próximo. Estamos em um momento de aprimoramento, de experiência, de novas possibilidades no tratamento dos usuários de droga, em que o debate sobre novas possibilidades é tema atual em nossa sociedade. Sob esse enfoque, abriremos um parêntese sobre o projeto de reforma do Código Penal Brasileiro que tramita no Senado. No texto encaminhado ao Senado está a proposta de descriminalização do uso individual e do porte de pequenas quantidades de droga, assim como a produção para consumo próprio. A divisão de opiniões, entre elas a clara manifestação dos Juízes e Promotores que atuam nas Varas e Promotorias de Entorpecentes

do Distrito Federal, mostra o quanto é polêmica a discussão sobre o tema. A busca por vítimas e culpados está longe de chegar a um fim.

Logo após o breve histórico de nossa legislação referente a drogas, apontaremos uma descrição sobre alguns tipos de usuários de drogas e como o Estado e suas políticas públicas os atingem, direta e indiretamente. Abriremos espaço para análise de três tipos: o usuário casual, o usuário dependente e o usuário pequeno traficante. Cumprirá apresentarmos onde e como eles estão caracterizados na Lei, as aplicações técnicas e as implicações sociais relativas a cada um. Não buscaremos, neste momento do trabalho, expor razões que levam alguém a comprar, usar ou vender drogas, mas como é o funcionamento da justiça criminal sobre as pessoas que têm essas condutas.

No terceiro capítulo assinalaremos as consequências econômicas para o Estado, advindas da aplicação das políticas de combate às drogas focadas no usuário, bem como apontaremos as consequências pessoais para o próprio usuário, o qual vem sendo tratado como “delinquente doente” e vem sendo excluído do meio social que vive, para viver em isolamento com o estigma nefasto do submundo do crime. Também abordaremos o problema relevante da situação carcerária brasileira, na medida em que, a criminalização lotou, e lota a cada dia, as penitenciárias com usuários presos como pequenos traficantes.

Ao expressarmos nossa opinião sobre o fracasso da política proibicionista, baseada na repressão, iremos travar um singelo debate teórico a respeito da criminalização ou descriminalização das drogas para consumo próprio, com pontos de vistas de juristas e personalidades que marcam o Estado Brasileiro e algumas personalidades estrangeiras. Faremos uma abordagem sobre a diferenciação entre despenalização, descriminalização e legalização controlada, parcial ou total. Tudo sob o ângulo das perspectivas dos usuários casuais, dependentes e pequenos traficantes.

Na política comparada de combate às drogas, foram escolhidos o modelo português e o modelo holandês como estratégias alternativas, que estão em prática já há alguns anos e fazem diferença no tratamento do usuário de drogas.

Ao colocarmos neste trabalho uma pequena análise da legislação portuguesa e da legislação holandesa, referente a drogas, as quais adotam uma política com diferentes graduações do proibicionismo e pontos antiproibicionistas, especificamente em comparação ao caráter punitivo contido no sistema penal brasileiro, estamos pensando na possibilidade real de aplicação de um modelo diferenciado em relação ao tratamento dos usuários existente hoje no nosso País. As comparações podem servir de base para debates e alargamento de

ideias a respeito do tema em busca de novos projetos que alcancem patamares mais aprimorados de soluções reais, menos traumáticas e menos danosas aos usuários, traficantes e a sociedade.

Ainda, em uma tentativa de resposta aos problemas sociais das drogas, buscamos apontar como importante a política de redução de danos aplicada aos usuários dependentes, traficantes ou não. Defendemos as premissas de um Estado Democrático, mesmo diante de casos de uso e porte de drogas, onde escolhas pessoais e manifestação de ideias devem ser respeitadas, pois, atualmente, o que vemos são direitos fundamentais, como o direito de ir e vir, sendo violados perante a imposição punitiva de tratamentos, como internação compulsória e restrição de liberdade.

Com a despenalização do usuário de drogas, indagamos se houve uma diminuição da atuação da polícia frente ao crime de porte para uso pessoal, visto a minimização das penas aplicadas para este crime, após a vigência da Lei nº 11.343/06. Para tentarmos responder esta indagação, no quinto e último capítulo abordaremos como se dá a atuação da polícia em relação ao consumo de drogas no Distrito Federal, onde apresentaremos dados estatísticos referentes ao registro de boletins de ocorrências relacionados ao tráfico e ao uso de drogas fornecidos pela Polícia Civil do Distrito Federal.

Quanto às conclusões expressas, cabe salientar, são parciais, já que o impacto da aplicação da Lei nº 11.343/06, e suas novas propostas, ainda não podem ser totalmente quantificados e analisados em toda a sua dimensão. Ainda é muito cedo para afirmar o quanto foi, ou será, aberto o discurso propiciado pela despenalização dos usuários rumo a uma nova política criminal relacionada às drogas.

Percebemos a dificuldade e as limitações, principalmente no tocante aos dados estatísticos necessários para uma abordagem mais completa e mais precisa, mas a relevância do tema do presente trabalho está, sobretudo, em uma abertura de paradigmas, livre da influência moralista da cultura mundial sobre as drogas e seus efeitos. Gradativamente nosso País deve buscar na descriminalização e na legalização a melhor condução política dos problemas sociais e econômicos advindos do uso e do abuso das drogas.

1. Breve histórico: Introdução ao tema e Evolução legislativa

A humanidade sempre conviveu com o uso de drogas em festas, rituais, cerimônias, entre outros motivos de utilização. Devido ao fato do uso de determinadas substâncias alterar o metabolismo provocando mudanças comportamentais que podem causar danos próprios ou a terceiros, se pensou ser necessário algum tipo de intervenção estatal, com objetivo de promover pacificação social.

Em que pese saber impossível a tarefa de apresentar a origem da criminalização das drogas na história da humanidade, buscamos reconstruir, na sucessão de leis penais brasileiras, uma história da criminalização em nosso País, que teve ou não aumentado o grau de punibilidade acabando por compor e caracterizar a matriz proibicionista do sistema penal atual.

No Brasil, a primeira legislação referente a drogas está nas Ordenações Filipinas. Foram elas que vigoraram em nosso País, por mais de dois séculos. Sua vigência apenas foi substituída com o advento do Código Criminal do Império, no ano de 1830.

A criminalização do uso, porte e comércio de substâncias entorpecentes aparece no Livro V das Ordenações onde está disposto “*que ninguém tenha em suas casas rosalgã, nem a venda, nem outro material venenoso*”, e logo em seguida é previsto a espécie: “*nenhuma pessoa tenha em sua casa para vender rosalgã branco, nem vermelho, nem amarelo, nem solimão, nem camonéa, nem ópio, salvo se for boticário examinado e que tenha licença para ter botica, e o usar do ofício*”.

A pena prevista é de perda da fazenda (do imóvel onde for encontrada a droga) e o degredo para a África, sendo também aplicada a quem “*as ditas cousas houver de fora e as vender as pessoas que não forem boticários*”. Também se prevê que os boticários só poderiam vender as “*ditas cousas*” a médicos e cirurgiões, tendo como pena para quem desobedecer e vender a outras pessoas, quando for a primeira vez, cinquenta cruzados e, na segunda vez, prescrição literal de “*mais qualquer pena, que houvermos por bem*”.

As Ordenações tinham como delito o fato de ter em sua casa para vender, de vender para quem não fosse boticário e da venda por parte dos boticários a pessoas que não se enquadravam na qualidade de médicos e/ou cirurgiões. Aqui verificamos que “*a hipótese de uso próprio das substâncias referidas não constituía delito*”¹.

¹ LUISI, Luiz. **A Legislação Penal Brasileira sobre Entorpecentes**. In Drogas: abordagem interdisciplinar. Fascículos de Ciências Penais, v.3. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1990, p. 152.

Em nosso primeiro Código Penal, o do Império, de 16 de dezembro de 1830, nada foi tratado sobre criminalização do uso, porte ou comércio concernente a drogas. Ele foi elaborado nos moldes liberais e sofreu forte influência do discurso contratualista europeu.

Com o advento da República, pouco se mudou na estrutura social herdada do Império. Continuaram consolidadas as oligarquias e a exclusão social da população mais pobre, principalmente dos ex-escravos. *“O país passava então por momento de alta tensão social e criminalidade crescente, o que ocasionou violentas reações repressivas, contexto esse que levou à edição do primeiro Código Penal Republicano em 1890”*².

No Código Penal de 1890 estava previsto o delito de expor a venda ou ministrar substâncias venenosas sem a legítima autorização e sem as formalidades previstas. Este tipo penal estava no artigo 159, no Título III da Parte Especial (dos crimes contra a tranquilidade pública). A pena respectiva era apenas pecuniária.

Com o aumento do uso e do comércio de entorpecentes no século XX, principalmente de ópio e haxixe, e a apenação condescendente do Código de 1890, a matéria se tornou objeto de debate e novos regulamentos foram editados, com intuito de coibir o uso e a venda de substâncias psicotrópicas.

Nesse clima de repressão, editou-se o Decreto nº 4.294/21, o qual revogava o artigo 159 do Código Penal de 1890 e, pela primeira vez no Brasil, há referência a uma substância entorpecente específica, com citação expressa da cocaína, do ópio e seus derivados. Por esta Lei, quem vendesse, expusesse à venda ou ministrasse tais substâncias, sem os trâmites legais, estaria sujeito à pena de prisão de um a quatro anos.

Diante do precário resultado da repressão às drogas, em 1932 foi promulgada a Consolidação das Leis Penais (CLP), aumentando as tipificações de condutas contrárias à saúde pública. O *caput* do artigo 159, do Código de 1890, foi reeditado e a ele foram acrescentados doze parágrafos, onde múltiplas formas de condutas foram previstas. As principais eram vender, ministrar, dar, trocar, ceder, induzir ou instigar o uso de substâncias entorpecentes. As penas são de prisão de um a cinco anos e multa.

A pluralidade de verbos nas incriminações, a substituição do termo substância venenosa por substâncias entorpecentes, a previsão de penas carcerárias e a determinação das formalidades de venda e subministração ao Departamento Nacional de Saúde Pública passam a delinear novo modelo de gestão repressiva, o qual encontrará nos Decretos 780/36 e 2.953/38 o primeiro grande impulso na luta contra as drogas no Brasil.³

² RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. **Controle Penal sobre drogas ilícitas: O impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**, p. 136. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Direito Penal, Medicina Legal e Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Obra inédita.

³ CARVALHO, Salo de. **A Política Criminal de Drogas no Brasil, Estudo Criminológico e Dogmático da Lei 11.343/06**. 5ª Edição, Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2010, p.10.

Apesar de não haver a criminalização direta do uso de drogas, previa-se como crime o fato de ter em casa, ou sob guarda, qualquer substância tóxica de natureza analgésica ou entorpecente, sem prescrição médica, que era punida com pena de prisão de 3 a 9 meses.

Após alguns anos de legislação penal consolidada, as leis criminalizadoras ganham impulso com a edição da Lei de Fiscalização de Entorpecentes, Decreto-Lei nº 891, de 25 de novembro de 1938, a qual foi elaborada de acordo com as disposições da Convenção de Genebra de 1936. Nela são definidas e enumeradas as substâncias consideradas tóxicas, assim como são estabelecidas normas reguladoras de sua produção, comercialização e consumo. Também é prevista internação e interdição civil dos toxicômanos.

Pouco tempo depois há a publicação do Código Penal de 1940, considerado muito rígido, com traços ideológicos do autoritarismo. Ele trouxe a matéria disciplinada no artigo 281, cujo *caput* é o seguinte: *“importar ou exportar, vender ou expor à venda, fornecer ainda que a título gratuito, transportar, trazer consigo, ter em depósito, guardar, ministrar ou, de qualquer maneira, entregar ao consumo substância entorpecente, se autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”*.

Com uma linguagem mais sucinta, em que pese a manutenção da pena no mesmo patamar das legislações anteriores, houve uma redução do número de verbos da legislação precedente e a descriminalização do consumo de drogas. Nesta época, prevalece a visão de que o toxicômano ou intoxicado habitual é um doente que necessita de tratamento e não deve ser encaminhado para prisão, mas submetido ao sistema de saúde pública.

Em 1942, é editada nova legislação especial, o Decreto nº 4.720/42, o qual dispõe sobre o cultivo e, em 1966 é promulgada a Lei nº 4.451 que incluiu entre as condutas que tipificam o delito, a ação de plantar espécies de substâncias entorpecentes.

Na década de sessenta, alguns grupos de consumidores de drogas ficam em evidência e passam a ser considerados desviantes, “ímorais”, pelas forças do Estado. Neste momento houve uma grande popularização do consumo da maconha e do LSD. O aumento do consumo ocorre, também, por ter se tornado um instrumento de contestação e de protesto contra as políticas belicistas e armamentistas da época.

Associado às posturas reivindicatórias e libertárias, o uso de drogas ilícitas compõe, junto com outros elementos da cultura (música, literatura, artes plásticas, cinema,

vestuário, alimentação, sexualidade), o quadro de manifestações estéticas das políticas de rupturas.⁴

Com a homologação da Convenção Única sobre Entorpecentes, pelo Decreto nº 54.216/64, o Brasil passou a fazer parte do cenário internacional de combate às drogas, já na época da ditadura militar. Nossa legislação penal referente a entorpecentes sofreu um significativo acréscimo punitivo. Houve, ainda, na referida convenção quatro longas listagens de entorpecentes e seus preparados.

O ano de 1964 torna-se um marco divisório entre o modelo sanitário, utilizado até então, e o modelo bélico de políticas criminais contra as drogas. *“Tal mudança de rumos deve ser compreendida dentro do regime de exceção instaurado pelos militares, com a implementação de um novo tipo de intervenção penal, com aumento da repressão política. Sob a égide de uma ideologia da segurança nacional, instaurou-se um sistema penal autoritário”*⁵.

Com o Decreto-Lei nº 159/67, as substâncias capazes de determinar dependência psíquica e/ou física são igualadas aos entorpecentes e as anfetaminas, e os alucinógenos passam a integrar a lista dos tóxicos.

Os consumidores, conforme entendimento dado pelo Supremo Tribunal Federal, devido ao princípio da taxatividade do art. 281 do Código Penal, ainda não estavam sujeitos a punições de ordem penal. Essa descriminalização do uso, dada na esfera judicial, porém, não estava em sintonia com a política de repressão adotada pelo Estado.

Assim, contrariando a orientação internacional, o Decreto-Lei nº 385/68 muda o art. 281 do Código Penal e criminaliza o uso com pena idêntica àquela imposta ao traficante. É acrescido um novo parágrafo em que há previsão de que *nas mesmas penas incorre quem ilegalmente: traz consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.*

Percebe-se a mudança drástica de política criminal. Enquanto anteriormente o usuário era tratado apenas como um doente, agora ingressa na esfera penal, sendo-lhe conferida uma forte carga repressiva. Tal mudança foi considerada como mais um exagero do regime militar. No ápice da repressão política, essa absurda equiparação do usuário com o traficante foi mais uma tentativa de controle moral pelo Estado, que buscava conter os subversivos que contestavam o regime imposto pela Ditadura Militar.

⁴ CARVALHO, 2010, op. cit., p. 14.

⁵ RODRIGUES, 2006, op. cit., p. 142.

Foram três anos de vigência do Decreto-Lei nº 385/68. Em 1971, foi editada a Lei nº 5.726. A nova Lei fez uma nova alteração no artigo 281 do Código Penal. O sistema repressivo brasileiro de drogas seguiu as orientações internacionais e alterou a matéria, retirando o estereótipo de criminoso do usuário dependente. Porém, esse o fato não extirpou a carga penal prevista para o usuário eventual não dependente, já que este continuava a ser equiparado ao traficante, com pena privativa de liberdade de um a seis anos.⁶

A legislação preservou os discursos da década de sessenta “*com a identificação do usuário como dependente (estereótipo da dependência) e o traficante como delinquente (estereótipo criminoso)*”.⁷

Com uma gradual abertura política, em meados da década de setenta, a configuração do modelo repressivo teve sua consolidação na Lei nº 6.368/76. Passado o momento da ditadura, o controle de drogas no Brasil sofreu mudanças substanciais com a entrada do País no controle internacional de drogas. A Lei de 76 estava totalmente adequada às normas e compromissos assumidos pelo Brasil nas convenções internacionais.

As condutas criminalizadoras definidas na Lei nº 6.368/76 são praticamente as mesmas das figuras tipificadas nos estatutos precedentes. A mudança, porém, está no que concerne à graduação das penas com uma concretização moralizadora de estereótipos consumidor-doente e traficante-criminoso. Também apareceu a figura do narcotraficante, surgida pelo efeito globalizante do controle penal sobre drogas ilícitas. Apesar do grande esforço repressivo da política externa, os índices de consumo e tráfico domésticos não foram observados.

Houve uma significativa mudança também no sistema processual, sendo previsto um procedimento judicial especial. O rito processual foi simplificado para dar maior agilidade ao processo e aumentar a repressão, inserindo-se uma série de normas que limitaram o direito de defesa, reduzindo garantias, como por exemplo, a proibição do réu apelar sem se recolher à prisão.

Na referida Lei surgiu o tipo penal de porte para uso de entorpecentes, previsto no artigo 16, cuja pena é de detenção de seis meses a dois anos e multa. Este tipo penal se diferencia do tráfico, cuja pena é de reclusão de três a quinze anos. O controle penal sobre os usuários dependentes é mantido por meio de imposição de pena ou tratamento.

⁶ O *caput* do artigo 281 da Lei nº 5.271 ficou assim redigido – “importar ou exportar, preparar, produzir, vender, expor a venda ou oferecer, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar ou ministrar, ou entregar de qualquer forma ao consumo substância entorpecente ou que determine dependência”. E no inciso III do parágrafo primeiro do artigo 281 da Lei 5.271 consta – “Nas mesmas penas incorre: quem traz consigo, para uso próprio, substância entorpecente, ou que determine dependência”.

⁷ CARVALHO, 2010, op. cit., p. 17.

A conduta do uso de entorpecentes não aparece na Lei nº 6.368/76. A ausência gerou grande discussão jurídica e dogmática sobre a incidência ou não no sistema punitivo ao usuário. Contudo, por meios indiretos, acaba-se impondo a sanção ao consumidor, já que este, em algum momento, deve estar na posse da droga para consumi-la.

Na esfera policial, o primeiro instante do usuário com as forças estatais, no momento em que há qualquer porção de droga para ser apreendida, há um flagrante de porte para ser feito. Já que, em caso de ausência material da droga, não há como dar início a um procedimento punitivo, seja ele qual for. Na abordagem policial passa a ser comum “engolir” a droga para não ir para a prisão.

Após analisarmos o tratamento penal estipulado para o usuário na Lei nº 6.368/76, percebe-se que a resposta penal é evidentemente imprópria. Não houve qualquer redução no consumo de drogas na sociedade brasileira, muito pelo contrário, os relatórios anuais da Organização das Nações Unidas apontam para um aumento paulatino na produção e consumo de entorpecentes, bem como na variedade cada vez maior das substâncias oferecidas.

Com objetivos claros de conter essa disseminação, a maioria dos países ocidentais ainda vem adotando uma política criminal proibicionista. Convenções internacionais e políticas criminais promovem verdadeiro empenho no combate às drogas pela repressão. Coibir o consumo e o tráfico ilícito são os principais pilares dessa campanha.

Neste contexto, o Brasil mais uma vez se vê às voltas com um novo projeto no combate às drogas. O projeto de reforma da Lei nº 6.368/76 vinha sendo objeto de debates no Congresso Nacional desde a década de 90. A apresentação de projetos com medidas descriminalizantes e despenalizadoras vinha de encontro com projetos de incremento da punitividade. No ano de 2006, a Lei nº 11.343 é promulgada, revogando definitivamente a Lei nº 6.368/76.

Antes, porém, da promulgação da Lei nº 11.343/2006, surgiu como alternativa à Lei nº 6.368/76, que vinha sofrendo importantes críticas, a Lei nº 10.409 de 2002.

A Lei nº 10.409/02 mantinha como conduta delitiva o porte para consumo próprio de drogas e criminalizava o tráfico ilícito da mesma forma do art. 12 da Lei nº 6.368/76. Contudo, no que concerne ao rito e as medidas pré-processuais de porte e consumo de drogas, passou-se a adotar os critérios estabelecidos consoantes à Lei nº 9.099/95, que regula crimes de menor potencial ofensivo, com medidas descarcerizantes⁸.

⁸ Art. 21 da Lei 10.409/02 – As medidas aplicáveis são as seguintes: I – prestação de serviços à comunidade; II – internação e tratamento para usuários e dependentes de produtos, substâncias ou drogas ilícitas, em regime ambulatorial ou em estabelecimento hospitalar ou psiquiátrico; III – comparecimento a programa de reeducação, curso ou atendimento psicológico; IV – suspensão temporária da habilitação

O modelo proibicionista permanecia com a manutenção do usuário sob o crivo do direito penal, inclusive submetendo-o às amarras de um processo penal e todas as consequências negativas por ele acarretadas, porém, como um primeiro passo na tentativa de se evitar a estigmatização do usuário pelo sistema e desafogar um pouco o sistema prisional, optou-se pela despenalização.

A legislação foi aprovada no Congresso Nacional, mas recebeu o veto presidencial referente ao capítulo, de forma integral, sobre os delitos e as penas. Assim, no que tange ao processo penal, a Lei nº 10.409/02 teve plena vigência, mas, quanto à parte referente aos delitos e às penas, ficava atrelado à antiga Lei nº 6.368/76. Em outras palavras, nesse período, aplicava-se a Lei nº 6.368/76 quanto aos crimes; e a Lei nº 10.409/02 quanto ao procedimento.

A Lei nº 11.343/06 unificou crimes e procedimento referentes a drogas. Apesar de alguns considerarem esta Lei um significativo avanço em direção a uma política antiproibicionista, continuou-se legislando em consonância com a lógica proibicionista mundial.

O uso e o tráfico continuam sendo condutas tipificadas como crime. E, apesar de tentarmos validar a crença de que, com o abrandamento das sanções impostas àqueles que são flagrados fazendo uso e portando drogas, haveria um maior esforço operacional das polícias em relação ao combate do tráfico e menor em relação aos usuários, ao analisarmos os dados estatísticos de ocorrências policiais registradas no Distrito Federal, percebemos que consumo de drogas continua sendo motivo de ação policial e, por conseguinte, não obtemos parâmetros suficientes que pudessem sustentar tal hipótese.

2. Usuário, Dependente, Traficante

Em primeiro lugar, para os fins desejados no presente trabalho, é de fundamental importância estabelecer uma diferenciação dos usuários de drogas. No senso comum há certa identidade constituída entre usuário e dependente, e uma nítida diferenciação entre usuário e traficante. Como se, todo usuário estivesse fadado a sofrer a toxicomania e todo traficante estivesse ligado à subcultura do crime e da violência.

O primeiro passo, no entanto, é frisar que a maioria dos consumidores de droga não são dependentes e também não estão ligados ao crime como é comum identificá-los. Fundamentalmente, há dois grupos, aplicando-se critérios do funcionamento psíquico do indivíduo, quais sejam: os usuários eventuais e os usuários dependentes. Utilizaremos também um terceiro grupo, o dos pequenos traficantes e usuários, mas somente para fins de posicionamento no sistema penal brasileiro, pois, caracteristicamente, estão enquadrados em um dos dois modelos acima apresentados.

A distinção básica entre ambos está na dimensão compulsiva que marca a ingestão da droga e, portanto – ainda que possam ser considerados consumidores regulares ou irregulares – os usuários se contrapõem aos toxicômanos enquanto grupo clínico, pois utilizam a droga de forma ocasional para obter prazer, para deleitar-se, ou até em momentos de angústia.⁹

Os usuários eventuais não desenvolvem um processo de dependência física e não são portadores de uma doença psíquica. Diferentemente, os dependentes são impelidos a consumir drogas por uma necessidade física e psíquica, à medida que possuem ambos os tipos de dependência. *“Tanto é assim que a dependência física acaba exigindo não só um aumento progressivo da quantidade de droga ingerida, mas também sua substituição por drogas cada vez mais pesadas, mais capazes de produzir os efeitos prazerosos a que almeja o toxicômano”*¹⁰.

As drogas capazes de gerar dependência possuem elevado teor de influência sobre o sistema nervoso central, de modo que, até as pequenas doses bastam para produzir enorme modificação no equilíbrio e levam a instaurar rapidamente a dependência física ou psicológica. Outro aspecto que caracteriza a droga capaz de gerar dependência é a importância das perturbações físicas ou psíquicas que derivam do consumo reiterado, lesando quem as utiliza e produzindo dano social.

⁹ WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. **Uso de Drogas e Sistema Penal: Entre o Proibicionismo e a Redução de Danos**. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2010, p.20.

¹⁰ WEIGERT, 2010, op. cit., pp. 20-21.

No conceito de dependência, insere-se também o conceito de hábito. Este, por sua vez, é o resultado do consumo repetido de uma droga, apresentando as seguintes peculiaridades: “1. *desejo de consumo vinculado à sensação de bem-estar*; 2. *Pouca ou nenhuma tendência ao aumento de doses*; 3. *Dependência de ordem psíquica em face de seus efeitos, mas uma ausência de dependência física bem como da chamada síndrome da abstinência*”¹¹.

Na atualidade percebe-se um grande aumento no consumo de drogas ilícitas em todo o mundo. As proibições, delineadas nos últimos quarenta anos de combate às drogas, são efeitos concretos de um processo moralizador, o proibicionismo. Sua origem é remetida aos EUA¹², e fundamenta-se em premissas de distinção da droga legal da ilegal. Neste modelo, a única maneira de lutar contra a expansão do dano causado pelo uso e comércio das drogas ilegais é a repressão penal. “*Presume-se que a interdição pela lei penal, sob ameaça de pena, fará com que os indivíduos alterem seus costumes, gostos e escolhas, deixando de consumir determinadas substâncias pelo fato de serem ilícitas*”.¹³

O controle penal brasileiro se baseia na proibição do uso e da venda de drogas rotuladas como ilícitas através de um discurso voltado para a proteção da saúde pública. Vislumbrou-se o mal, em potencial, que as drogas poderiam estar causando à sociedade. Portanto, pensamos que a punição prevista não tem intuito de proteger a saúde do usuário, pois a autolesão não é punida, em regra, no código brasileiro.

Também não foi possível vislumbrarmos quais são os critérios adotados para que certa droga seja considerada ilícita, nem mesmo o critério de lesividade. A ilicitude de determinada substância é definida por conveniência política e arraigados preceitos morais. O discurso repressivo e punitivo que fundamenta a proibição, presume, “*sem nenhuma base empírica, que a interdição pela lei penal, sob ameaça de pena, fará as pessoas mudarem seus hábitos, gostos e escolhas e deixar de consumir determinadas substâncias, apenas pelo fato destas serem ilícitas*”.¹⁴

No Brasil, a nova Lei de drogas trocou a expressão “substância entorpecente” por “droga”. Esta expressão foi uma orientação da Organização Mundial de Saúde. Em seu artigo

¹¹ GRECO FILHO, Vicente. **Tóxicos: prevenção, repressão. Comentários à Lei nº 11.343/2006 – Lei de Drogas**. 13ª edição. Saraiva, 2009, pp. 3-4.

¹² Os governos dos Estados Unidos da América, a partir dos anos 80, utilizam o combate às drogas como eixo central da política americana no continente. Termos como ‘narcoguerrilha’, ‘narcoterrorismo’, ‘inimigo externo’ passam a integrar o cotidiano dos americanos e, por conseguinte, do resto do mundo ocidental. As drogas ilícitas se tornam problema de segurança nacional, militarizam-se as ações contra as drogas.

¹³ WEIGERT, 2010, op. cit., p. 32.

¹⁴ RODRIGUES, 2006, op. cit., p. 47.

1º, parágrafo único¹⁵, traz um conceito genérico do que seja droga, não definindo as espécies. O Ministério da Saúde é o possuidor da competência para definir e especificar quais substâncias devem ser consideradas drogas ilícitas. Por meio de portaria, publica periodicamente várias listas. Atualmente permanecem em vigor as listas constantes na Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, conforme disposição expressa do art. 66 da Lei¹⁶.

A Lei nº 11.343/06 entrou em vigor no dia 8 de dezembro do ano de 2006, revogando os textos legais anteriores (Lei nº 6.368/76 e Lei nº 10.409/02). Com ela, foi dado primeiro passo no sentido de mudar as perspectivas de tratamento aos usuários de droga com a abolição de pena privativa de liberdade. Começamos a pensar ser possível uma nova orientação criminológica para os usuários eventuais e, principalmente, para os usuários dependentes, a maior preocupação legislativa.

2.1 Usuários na nova Lei de Drogas

Como já dito, a nova lei de drogas não prevê mais a condenação à pena privativa de liberdade do usuário pego portando drogas. Em seu lugar, comina a pena de advertência e duas penas restritivas de direito. A política adotada pela nova Lei visa à reeducação, à reinserção nos meios sociais e ao tratamento especializado, obrigatório e gratuito aos usuários de drogas, por intermédio de comparecimento a programas ou cursos educativos.

Aqui fazemos uma crítica à imensa expectativa que pesa sobre os ombros dos magistrados brasileiros. Punir com palavras e reeducar só com discurso. Redimir o usuário ou dependente apenas com verbalidade impessoal, de alguém de quem se espera grande capacidade onde familiares, amigos, psicólogos não foram capazes. É uma medida que não tem qualquer eficácia.

Apesar disso, consideramos como um primeiro passo do legislador brasileiro o fato de ter retirado a pena de reclusão ao crime de porte para uso pessoal, entendendo que, ele não deve ser punido com o rigor máximo do Direito Penal, a ponto de lhe ser aplicada a pena restritiva de liberdade.

¹⁵ Art. 1º § único da lei 11.343/06 – Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

¹⁶ Art. 66 da Lei 11.343/06 – Para fins do disposto no parágrafo único do art. 1º desta lei, até que seja atualizada a terminologia da lista mencionada no preceito, denominam-se drogas substâncias entorpecentes, psicotrópicas, precursoras e outras sob controle especial, da Portaria SVS/MS 344, de 12 de maio de 1998.

Em nosso trabalho, entendemos que o usuário não deveria ser sequer punido, quanto mais responsabilizado pela violência advinda do tráfico. Esta violência é gerada pela opção proibicionista e não por uma decisão pessoal de usar drogas.

A Lei nº 11.343/06 manteve a conduta descrita no art. 28¹⁷ como crime e cominou as penas que poderiam ser aplicadas pelo magistrado, isolada ou cumulativamente, com base na culpabilidade, reinserção, conduta social e personalidade do agente, motivos, circunstâncias e consequências do crime, elementos do art. 59 do Código Penal¹⁸.

O fato de apenas consumir droga poderia ser considerado atípico, pois não faz parte do núcleo do tipo. A ação de usar, por si só, não seria passível de punição. Somente quem estiver de posse da droga poderá ser apenado. Se não houver apreensão e caracterização da droga como ilícita, será impossível provar a idoneidade tóxica, ficando prejudicada a comprovação da materialidade do evento.

Quando se tratar de posse insignificante de drogas, o mais razoável seria não aplicar nenhuma das sanções previstas e, sim, o princípio da insignificância, que é causa excludente da tipicidade, já que a ínfima quantidade de droga apreendida não possui capacidade ofensiva. Porém, tal circunstância de ser mínima a quantidade não descaracteriza o delito. O tipo previsto trata-se de crime de perigo abstrato ou presumido, onde, tutela-se a saúde pública incondicionalmente, e não a lesividade efetiva de cada caso em concreto. Este é um dos pontos que nos faz crer estarmos diante de uma enorme falha em nossa legislação, que precisaria ser repensada. Ao punir a posse de qualquer quantidade de drogas, seja no enquadramento de uso ou tráfico, superlotam-se os presídios e, com isso, há gastos enormes de recursos públicos que deveriam, ou poderiam, estar sendo investidos em algo mais

¹⁷Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º As mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses.

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

§ 5º A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o caput, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a: I - admoestação verbal; II - multa.

§ 7º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.

¹⁸ “Art. 59. O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: I - as penas aplicáveis dentre as cominadas; II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos; III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade; IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.”

importante, que trouxesse mais benefícios à sociedade, como na prevenção efetiva nas escolas quanto ao uso de drogas.

O artigo 42, da Lei nº 11.343/2006 prescreve que o juiz deve levar em consideração para fixação da pena a quantidade de droga apreendida. No caso de quantidade extremamente insignificante mostra-se “absurdo movimentar a máquina estatal na persecução penal contra um cidadão que traz consigo alguns fragmentos da folha de maconha, quer como sobra de cigarro usado, quer como resíduo de uma pequena quantidade transportada antes do uso”.¹⁹ E ainda, “só uma paranoia acusatória justifica um processo criminal por fragmentos de droga, na medida em que grandes quantidades são comercializadas e os órgãos de repressão são incapazes de coibir ou são coniventes com a traficância”.²⁰

Porém, a discussão acerca da bagatela em matéria de drogas não é pacífica. Tanto na doutrina como nos julgados dos tribunais brasileiros, as conclusões são diversas.²¹

Todas as penas previstas ao usuário são restritivas de direitos e não são penas alternativas, pois não há pena de privação de liberdade como pena principal. As penas são taxativas, não tendo como o magistrado aplicar outro tipo de pena senão as elencadas no artigo 28 da referida Lei.

A nova Lei de Drogas, portanto, sem ousar a ponto de descriminalizar o delito tipificado no art. 28, preferiu estabelecer medidas de caráter educativo ou recuperador sem, portanto, tirar do usuário o estigma de criminoso.

Por fim, cabe ressaltar que a Lei estabelece tempo para a aplicação das penas previstas para condutas voltadas ao consumo de droga, ou cultivo de plantas destinadas ao consumo. O prazo máximo é de cinco meses, podendo, em caso de reincidência, o prazo será aplicado em dobro. Aqui vale dizer que a reincidência é específica, ou seja, o sujeito para ser reincidente já deve ter sido condenado anteriormente pelo crime descrito no artigo 28 e vir a cometer o mesmo crime.

No artigo 33²² estão as condutas típicas de tráfico, porém, em seu § 3º, foi inserido um novo tipo, corrigindo uma lacuna na Lei anterior, que levava à absolvição

¹⁹ THUNS, Gilberto e PACHECO, Vilmar. **Nova Lei de Drogas: Crimes, Investigação e Processo**, 3ª Edição, Verbo Jurídico, Porto Alegre, 2010, p. 35.

²⁰ THUNS, Gilberto e PACHECO, Vilmar, 2010, op. cit., pp. 35/36.

²¹ Precedentes que não reconhecem o princípio da insignificância em matéria de tóxicos. No STJ, 5ª Turma, HC 15318/MG, DJ 25/02/2002 (unânime); RHC 11122/RS, J. 19/06/2001 e DJ 20/08/2001 (unânime); RESP 290447/MG, J. 13/02/2001 e DJ 12/03/2001 (unânime); HC 11442/RJ, J. 29/06/2000, DJ 14/08/2000 (unânime). Precedentes que admitem o princípio da insignificância, todos são julgados por maioria: 6ª Turma, RESP 287819/RS, DJ 08/04/2002 (maioria); RESP 286178/RS, DJ 20/08/2001 (maioria); HC 8707/RJ, 21/09/1999, DJ 05/03/2001 (maioria). Pesquisa apresentada por THUNS, Gilberto e PACHECO, Vilmar, 2010, op. cit, p. 35.

²² Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Penal – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1500 (mim e quinhentos) dias-multa.

forçada, à condenação exacerbada ou desqualificação de tipo. Aqui, surge a figura do pequeno traficante usuário, que são amigos, namorados ou parentes, pessoas próximas que, por dividirem pequenas quantidades de droga entre si, acabavam respondendo pelo crime de tráfico com penas extremamente exageradas diante da conduta.

Este § 3º objetiva acautelar a situação daquelas pessoas que não lucram com a atividade do tráfico, nem fazem da traficância um meio de vida, mas tão somente, e de forma eventual, oferecem droga a pessoas de seu relacionamento, para consumirem juntos. É incabível este sujeito ser considerado como o traficante, tido como criminoso do *caput*.

2.2 Posse de drogas e prisão em flagrante

Após a detenção do usuário, geralmente feita pela polícia, será lavrado um Termo Circunstanciado referente à ocorrência dos fatos, juntamente com as providências necessárias para realização dos exames e perícias pertinentes.

O Termo Circunstanciado (TC) é uma fase investigatória preliminar que tem como objetivos alcançar indícios de autoria e prova material de uma infração penal. Na prática, em obediência aos princípios da economia, celeridade, informalidade e oralidade, percebe-se que a autoridade policial vem registrando o boletim de ocorrência policial da infração, qualificando o autor, a vítima e as possíveis testemunhas com suas respectivas versões do fato, colhendo-se assinatura do autor no termo de compromisso de comparecimento.

O usuário quase nunca é encaminhado diretamente à presença do Juiz, como previsto na lei. A autoridade policial judiciária é quem fica com a incumbência de realizar o procedimento e determinar a realização dos exames.

Perante a autoridade policial, *“a intervenção estatal investigativa dar-se-á exatamente nos mesmos moldes quanto às demais infrações penais de menor potencial ofensivo, ou seja, o tratamento policial dispensado ao usuário deverá ser identicamente aplicado aos investigados pelas práticas dos crimes de tráfico privilegiado e tráfico culposo”*.²³

Aqui fica claro que, em nada difere o usuário de um acusado de crimes de pequeno porte. O estigma de criminoso está nitidamente exposto na legislação e reveste-se de

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos consumirem: Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

²³ THUNS, Gilberto e PACHECO, Vilmar, 2010, op. cit., p. 149.

uma roupagem de proteção e tratamento, começando por seu encaminhamento a uma Delegacia de Polícia como detido.

O ambiente policial oprime as pessoas que não estão acostumadas com ele. Quem está ali para ser ouvido não pode ser detido ao talante da autoridade policial. “A existência de fortuito ou força maior não tem capacidade de alongar o prazo, e estas situações devem ser suportadas pela Segurança Pública e não pelo cidadão”.²⁴

Há dúvidas e dificuldades advindas do dispositivo legal, que proíbe a detenção do portador de droga. O Estado deveria ter uma estrutura mínima montada já que, para a realização das diligências citadas, bastaria um bloco de papel semelhante ao utilizado para as infrações de trânsito. Porém, como é a polícia militar quem detém a competência de ostensividade e prevenção, atuando diretamente nas ruas e, portanto, mantendo maior contato com os usuários e dependentes, não poderia agir sem conduzir os possíveis infratores às delegacias, pois não está apta a resolver na hora o problema do uso e porte. Somente na presença do delegado de polícia o Termo Circunstanciado pode ser confeccionado.

Um ponto que apontamos como divergente, entre teoria e prática, relaciona-se ao fato do usuário detido “ter” que assinar termo de compromisso, caso não seja possível seu encaminhamento direto a um Juizado Especial. Conforme entendimento reiterado nos Tribunais Superiores, o infrator não é obrigado a produzir prova contra si mesmo, sem que isso cause qualquer prejuízo a sua defesa. Em 2006, o Supremo Tribunal Federal acabou por tornar público e pacífico o fato de que os investigados não são obrigados a ratificar Termos de Compromisso²⁵.

Portanto, quando o agente flagrado, nos termos do artigo 28 ou do artigo 33 § 3º, for compelido a assinar Termo de Compromisso, se houver constrangimento ilegal, o condutor do flagrante estará passível de responsabilização civil e criminal. As autoridades policiais que, por sua vez, obrigarem o usuário a ratificar documento sob a ameaça de prisão, fato extremamente corriqueiro nas Delegacias de Polícia, poderão ser responsabilizadas penalmente por crime de abuso de autoridade.

Assinando ou não termo de compromisso, conforme preceitua o art. 48 § 4º da Lei 11.343/06, o usuário não poderá ser autuado na prisão em flagrante, devendo ser colocado em liberdade imediatamente.

²⁴ BIZZOTO, Alexandre. RODRIGUES, Andreia de Brito e QUEIROZ, Paulo. **Comentários Críticos à Lei de Drogas**, 3ª Edição, Lumen Juris, 2010, p. 178.

²⁵ I – É jurisprudência pacífica no STF a possibilidade de o investigado ou acusado permanecer em silêncio, evitando-se a autoincriminação. II – Liminar deferida para desobrigar a paciente da assinatura de Termo de Compromisso. III – A realização da oitiva, garantidos os direitos da paciente, implica a prejudicialidade do feito. IV – HC conhecido e julgado prejudicado. (STF 1ª Turma, HC 89269/DF, data do julgamento 21/11/2006).

Também outro ponto controvertido da legislação é a produção de exame de corpo de delito – Lesão Corporal. Tal exame tem por objetivo atestar a integridade física do acusado antes de uma prisão, para que sejam evitados abusos enquanto estiver custodiado pelo Estado. Como o usuário de drogas não será encaminhado a uma instituição prisional, não teria nenhum razão para submeter-se a ele.

Diferentemente é a obrigatoriedade do Laudo de Constatação de Substância. O Termo Circunstanciado referente à droga dever ser encaminhado ao judiciário juntamente com este laudo, pois, como estamos tratando de crime que deixa vestígio e exige o exame para comprovação da materialidade, seria um equívoco a autoridade policial apenas solicitar, e não exigir, a realização do exame.

Sem a apreensão e exame da ilicitude da droga, o crime pode até existir no mundo fático, mas como é impossível sua comprovação material, juridicamente não existiria. O juiz fica limitado à prova material, ou seja, ao laudo pericial de exame em substância, pois é este que determina se o material apreendido é ou não droga ilícita.

2.3 Das penas e dos Procedimentos Penais aplicados ao usuário

Subsidiariamente ao procedimento penal previsto na Lei nº 11.343/06, é aplicado o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal. Tal previsão vem expressa no art. 48²⁶. Em que pese não houver necessidade de tal prescrição, torna-se uma garantia a mais de transparência.

Vale notar que, embora o art. 48 trate somente dos crimes previstos no Título IV (tráfico), todos os parágrafos do artigo referem-se somente ao crime do artigo 28 (usuário). A competência do art. 28 é dos Juizados Especiais, visto ter sido considerado infração de menor potencial ofensivo, já que não há pena de prisão para este crime. Nos Juizados Especiais há a possibilidade de aplicação de todos os institutos da Lei 9.099/95.

²⁶Art. 48. O procedimento relativo aos processos por crimes definidos neste Título rege-se pelo disposto neste Capítulo, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal.

§ 1º O agente de qualquer das condutas previstas no art. 28 desta Lei, salvo se houver concurso com os crimes previstos nos arts. 33 a 37 desta Lei, será processado e julgado na forma dos arts. 60 e seguintes da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais.

§ 2º Tratando-se da conduta prevista no art. 28 desta Lei, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.

§ 3º Se ausente a autoridade judicial, as providências previstas no § 2º deste artigo serão tomadas de imediato pela autoridade policial, no local em que se encontrar, vedada a detenção do agente.

§ 4º Concluídos os procedimentos de que trata o § 2º deste artigo, o agente será submetido a exame de corpo de delito, se o requerer ou se a autoridade de polícia judiciária entender conveniente, e em seguida liberado.

§ 5º Para os fins do disposto no art. 76 da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena prevista no art. 28 desta Lei, a ser especificada na proposta.

Após a remessa do Termo Circunstanciado ao judiciário, pelas autoridades policiais, e estando tudo em ordem, o Ministério Público fará requerimento ao juízo para designação de audiência preliminar. A audiência preliminar tem como objetivo realizar a fase consensual do processo. Nela, o Ministério Público fará uma proposta de transação penal, com imposição das penas previstas no art. 28 da Lei nº 11.343/06. As penas são: advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Sempre analisando cada caso concreto para uma razoabilidade da proposta.

Quando o suposto autor do fato não aceita a proposta de transação penal, por se achar inocente, ou achar a pena exagerada para a situação, ou por outra razão qualquer, o Ministério Público, quando presente, querendo a aplicação de qualquer providência prevista no art. 28, deverá oferecer denúncia oral ou escrita. Após segue as etapas do devido processo legal, observada ampla defesa e contraditório. O procedimento é o sumaríssimo, previsto no art. 77 e ss, da Lei nº 9.099/05, até a sentença.

Quando a proposta de transação penal é aceita, o usuário deve sujeitar-se ao cumprimento integral da pena a fim de que encerre o processo sem maiores consequências. Caso haja descumprimento, o art. 28 § 6º da Lei nº 11.343/06 estabeleceu que o juiz poderá submeter o autor do fato, sucessivamente, a admoestação verbal e multa.

No que tange ao conteúdo sancionatório da referida Lei, percebe-se um forte caráter moralista, principalmente no que se refere à sanção de advertência. “A *admoestação prevista na Lei de Tóxicos adquire como objeto único e exclusivo a reprovação da opção pelo consumo de determinadas substâncias, fruto do livre exercício da autonomia da vontade do usuário.*”²⁷

Na questão da penalização referente às drogas, percebe-se uma falácia do uso do Direito Penal como resposta a um problema que não deveria ser de sua responsabilidade. Não há qualquer sustentabilidade na afirmação de que, a aplicação destas medidas, seria capaz de “persuadir” um sujeito a não consumir drogas.

Reconhecemos que as drogas provocam danos às pessoas e à sociedade não está em debate, mas sim, como podemos resolver melhor esta questão. A penalização do consumo de drogas no Brasil não surte os efeitos desejados, o consumo só está aumentando, bem como as consequências negativas advindas deste aumento.

²⁷ CARVALHO, 2010, op. cit., p. 282.

O relatório apresentado pela Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, em março de 2011, mostra como a debilidade do Sistema Penal deixa claro sua ineficiência do tratamento dos efeitos das drogas na sociedade. Numa tentativa de mudar isso, propõe que o Estado deveria *“Tratar o consumo de drogas como uma questão de saúde pública e promover a redução de seu uso são precondições para focalizar a ação repressiva em seus pontos críticos: a diminuição da produção e o desmantelamento das redes de traficantes”*.²⁸

Apesar do grande avanço, no sentido de despenalização do usuário de drogas, da Lei nº 11.343/06, é preciso encarar uma nova política, bem menos centrada nas ações penais e bem mais inclusiva no plano da sociedade e da cultura. Deveria, inclusive e imprescindivelmente, ser baseada em estudos científicos e não em princípios ideológicos. Não basta envolver somente os governos, e a polícia em específico, mas o conjunto da sociedade.

O debate, sobre políticas de consumo de drogas, deve estar apoiado nas avaliações das diversas propostas e medidas alternativas à estratégia proibicionista. Estas medidas já estão sendo experimentadas em diversos países, principalmente na União Europeia, onde se busca a redução de danos individuais e sociais antes de tentar a repressão penal.

²⁸ Drogas e Democracia: Rumo a uma mudança de paradigma, Declaração da Comissão Latino-Americana Sobre Drogas e Democracia. Membros da Comissão César Gaviria, Ernesto Zedillo e outros, 2011. Disponível em: www.drogasedemocracia.org/arquivos/livro_port_03.pdf, p. 11.

3. Função do Estado na Repressão/Prevenção

Atualmente 208 milhões de pessoas no mundo usam algum tipo de drogas ilícitas pelo menos uma vez por ano. Desse total, calcula-se que 15% sofrem de problemas crônicos de dependência. A maconha é a droga mais consumida (160 milhões). As drogas sintéticas, produzidas à base de anfetaminas e o ecstasy, já superaram a cocaína e a heroína, em número de usuários. O negócio das drogas ilícitas é estimado em centenas de bilhões de dólares²⁹.

A política criminal mundial em matéria de drogas esteve, durante anos, centrada em duas opções consideradas opostas e, ao mesmo tempo, complementares, quais sejam: o proibicionismo, focado na repressão, e o antiproibicionismo, focado na prevenção e no tratamento. Apesar de apresentarem atitudes e mecanismos de atuação muito diferentes, em vários países, nos dias de hoje, há uma convivência pacífica entre ambas as políticas.

Sabe-se que a política proibicionista segue dominando no contexto mundial e, em especial para esse trabalho, no modelo brasileiro. Com ela surgem também o resultado de seu fracasso para o fim almejado, qual seja, uma sociedade livre dos malefícios causados pelas drogas.

O aumento dos índices de violência relacionado às drogas é uma realidade cotidiana, onde basta ligar a televisão em qualquer noticiário para sabermos que a sociedade está sofrendo com os impactos negativos da política adotada. Não há resultados positivos quando analisados sob o enfoque da diminuição do problema socioeconômico advindo da inserção das drogas nas comunidades.

A política criminal de combate às drogas não tem influído de forma importante na redução de sua circulação e consumo, ao contrário, o que se vê é o incremento da oferta e da demanda. Nesse cenário, tem aumentado o número de falas públicas alinhadas com a percepção do fracasso desse tipo de intervenção e já não soam convincentes as manifestações oficiais em defesa do controle penal das drogas, “pela” e “para” a sociedade.³⁰

O modelo proibicionista promove o direito penal como o único sistema de controle social capaz de enfrentar o problema das drogas. Essa visão simplista e criminalizante, utilizada pelo legislador como solução aparente de um fenômeno indesejado, é pouco realista e não leva em conta o tamanho do déficit socioeconômico que vem sendo causado.

²⁹ A fonte da pesquisa em números e cifras foi apresentada no relatório já citado Drogas e Democracia: Rumo a uma mudança de paradigma, 2011, p. 19.

³⁰ REZENDE, Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de. *A ilusão do Proibicionismo: Estudo sobre a criminalização secundária do tráfico de drogas do Distrito Federal*, p. 4. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Obra inédita.

Há um alto custo da política de combate às drogas, que é constituído por fatores econômicos propriamente ditos e por fatores pessoais estigmatizantes do envolvido direto no uso e porte de droga.

Ao analisarmos, no presente trabalho, o custo social da criminalização, pretendemos mostrar que, a resposta punitiva do Estado por meio do Direito Penal pode ser tão danosa, e às vezes até mais, à sociedade e ao usuário e/ou dependente do que a própria droga.

3.1 Consequências econômicas

A partir do valor das substâncias entorpecentes e dos custos da manutenção do sistema repressivo, podemos partir para a análise das consequências econômicas da criminalização.

As drogas consideradas ilícitas, por um critério legislativo-normativo, tornam-se substâncias ilícitas que são consumidas por pessoas mergulhadas na ilegalidade. O usuário não pode ser considerado como um consumidor de mercadorias como outro qualquer.

Dentre as características específicas da circulação de uma mercadoria em um mercado ilícito devem ser avaliadas: a produção, o tráfico internacional e a distribuição final; a variação do preço da droga, de acordo com a oferta e a procura; a demanda e sua relação com os preços, regulados pela oferta, disponibilidade e consumo; e finalmente a interferência da proibição no mercado.³¹

O valor elevado da droga ilícita é devido às dificuldades impostas pela lei para sua comercialização. Os revendedores aumentam o preço devido ao risco causado pelo sistema repressivo. Além disso, não há qualquer controle de qualidade das substâncias vendidas quanto à sua composição. Pode-se pagar caro por algo que não “presta” e ainda pode causar outros problemas de saúde, inclusive por apresentar componentes de alto potencial lesivo, com reações diversas das esperadas.

O usuário é o maior prejudicado, pois, pode comprar produtos de péssima qualidade e não tem a quem oficializar uma reclamação. Diante do alto valor ofertado das drogas, o usuário tende a, ao invés de abandonar a droga, substituir um produto por outro, que seja mais condizente com sua realidade financeira. O usuário define sua escolha por pontos específicos como preço, dependência e prazer proporcionado pela droga. A facilidade de acesso também é fator determinante do aumento de consumo de determinada droga.

³¹ RODRIGUES, 2006, op. cit., p. 195.

No Brasil, podemos citar o grande aumento do consumo de “crack” nos últimos anos. Este aumento tornou-se um problema tão grande e não apresentou nenhuma perspectiva de solução até o momento. A droga que antigamente era consumida somente por pessoas de baixa renda disseminou-se por todas as classes sociais.³²

Sob o pretexto de proteger a saúde pública decidiu-se manter esse grande e lucrativo comércio de ilicitude na clandestinidade, e pior, na ilegalidade. Além de haver uma enorme movimentação de quantia livre de impostos, não há qualquer meio legal de resolução de conflitos no comércio de drogas. A resolução tende a ser resolvida por meio de violência e corrupção.

Como parece óbvio, o controle penal não inibe o consumo e nem a produção porque não tem condições de impedir o funcionamento de um potente mercado ilícito que fabrica, fornece e distribui com eficiência e lucratividade seu produto.³³

Assim percebe-se que, mantendo a política criminal do proibicionismo, os gastos com ações de repressão aumentam vertiginosamente enquanto poderiam estar sendo utilizados em outros problemas sociais, como educação, segurança e saúde.

O Estado fica refém de sua própria política pública, de suas metas traçadas por legislações promovidas pela grande influência da opinião social moralizante. Com isso, não é possível vislumbrar, pelo menos em curto prazo, um sistema que manifeste preocupação real com a principal vítima do uso e abuso de drogas, o próprio usuário.

3.1.1 Consequências no sistema prisional brasileiro

O modelo proibicionista não conseguiu reduzir o consumo de drogas e nem limitar seu acesso, além disso, acabou por promover uma sobrecarga do sistema prisional, gerando outro problema de natureza diversa ao Estado. O sistema carcerário brasileiro sempre foi marcado por sua superlotação e falta de investimentos. Com o aumento da pena para traficantes, incluindo-se aqui a prisão dos pequenos traficantes que é maioria na realidade brasileira, a situação piorou, e muito. Os custos sociais dessa estratégia proibicionista crescem

³² Pesquisa divulgada no dia 07 de novembro de 2011, pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), mostra que o aumento do consumo de crack no Brasil se deu, principalmente, pela facilidade de acesso e pelo baixo custo. Os dados revelam que o crack está substituindo o álcool em municípios pequenos e propriedades rurais. Dentre os 4,4 mil municípios pesquisados, 89,4% indicaram que enfrentam problemas com a circulação de drogas em seu território e 93,3% com o consumo. O uso de crack é algo comum em 90,7% dos municípios. Fonte: CNM, 2011.

³³ RODRIGUES, 2006, op. cit., p. 198.

proporcionalmente ao crescimento do desejo do Estado e da sociedade, muitas vezes conduzida pela mídia, em prender e punir para combater o tráfico e o uso de drogas.

A punição do traficante, este, em sua maioria caracterizado como “*pequeno traficante pobre ou desempregado, quase sempre também usuário ou dependente de drogas*”³⁴, é uma das principais causas de aumento da população carcerária no Brasil.

O tráfico de droga como o líder do número total de presos no sistema penitenciário brasileiro, ultrapassando as condenações por roubo com emprego de arma de fogo³⁵. A Lei nº 11.343/06, no que tange ao crime de tráfico, utiliza uma extensa gama de condutas, com intuito de evitar lacunas na tipificação das ações, o que acaba por ampliar extraordinariamente o alcance da esfera punitiva.

Além disso, as dificuldades de conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos também concorrem para o aumento da permanência do acusado no ambiente prisional.

Os números sinalizam no sentido de que o sistema proibicionista de repressão criminal ao tráfico está, sim, produzindo punição e preenchendo, como nenhum outro delito de forma isolada, as vagas do sistema prisional, ou mesmo extrapolando e excedendo seus limites.³⁶

Assim, o sistema prisional brasileiro foi sempre marcado pela superlotação e, a opção por uma política pública repressiva, só piorou ainda mais este quadro.

A condenação de pequenos traficantes a penas de, no mínimo, três anos em regime integralmente fechado retira os jovens de seu convívio familiar, integrando-os nas facções criminosas, além de submetê-los a estigmatização, humilhação e violência dentro das prisões lotadas. Ao deixarem a penitenciária, com atitudes violentas e sem opções de trabalho, tornam-se ainda mais vulneráveis à reincidência, seja pelo tráfico, seja nos crimes patrimoniais, como resultado do aprendizado da delinquência na cadeia.³⁷

A política brasileira proibicionista de combate às drogas não têm apresentado, na prática, uma redução do crime de tráfico, objetivo principal da penalização do delito. Mas sim, aumentado problemas sociais diversos sem redução no comércio e uso de substâncias entorpecentes ilícitas.

O preso custa ao Estado uma “exorbitância, sem nada dar em troca e sem que haja qualquer benefício para o próprio delinquente ou para a sociedade; ao contrário, só há danos, morte, custos enormes para o Estado ou para a sociedade, degradação moral e

³⁴ REZENDE, 2011, op. cit., p. 62.

³⁵ REZENDE, 2011, op. cit., p. 68.

³⁶ REZENDE, 2011, op. cit., p. 70.

³⁷ RODRIGUES, 2006, op. cit., p. 233.

degenerescência do caráter”³⁸. Assim, o problema prisional vem sendo tratado como possível, mas não como desejável, pois apresenta baixíssima capacidade de recuperação. Como em nosso país não há penas de morte, nem prisão perpétua, ficamos com a certeza de que o agente submetido à prisão vai voltar, um dia, ao convívio social, sendo que carregará consigo os reflexos do tratamento ao qual foi submetido enquanto preso, facilitando sua volta ao crime, em maior grau, já que parte de sua essência como criatura humana foi aniquilada em um sistema superlotado e extremamente cruel.

Pode-se concluir que, a intervenção proibicionista está longe de alcançar seus objetivos, de diminuição da criminalidade. O preso por tráfico além das consequências econômicas trazidas para o estado, ainda vai carregar uma degradação moral e alteração em seu caráter. Trata-se de uma política pública que acumula prejuízos. Não é um investimento em segurança pública, mas um gasto incomensurável e sem nenhum retorno aceitável.

3.2 Consequências pessoais

A criminalização de usuários e dependentes de drogas, pelo sistema penal vigente, tem como principal característica sua estigmatização e humilhação perante a sociedade. Ao condenar um usuário de drogas, lhe aumentam as chances de isolamento e rotulação com o submundo do crime. A clandestinidade em que vive impede que tenha acesso, quando necessário, a uma assistência sanitária e terapêutica adequada e específica a cada caso.

O estado de estigmatização pode ser muito mais danoso do que a própria doença advinda da dependência gerada pelo uso constante de drogas. Essa condição influencia na saúde do estigmatizado conduzindo a situações como baixa autoestima e redução de possibilidades de inserção social. Também afeta na possibilidade de escolha diante da dificuldade de conseguir tratamentos sem repressões, assim como instituições para dependentes sérias e de qualidade.

Custa muito caro investir em condições adequadas de internações com extremo rigor técnico e com profissionalismo no cuidado aos doentes. No Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos, do ano de 2011, foram apontados flagrantes de desrespeito aos direitos humanos dos internos na maioria das 68 instituições para tratamento de drogas analisadas.³⁹

³⁸ FARIAS JUNIOR, João. **Manual de Criminologia**, 3ª Edição, Juruá, Curitiba, 2001, p. 395.

³⁹ Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: Locais de Internação para Usuários de Drogas. Organização: Comissão Nacional de Direitos Humanos e Conselho Federal de Psicologia. 1ª Edição, Brasília, 2011. Disponível em:

Segundo o relatório, não são poucas as instituições que recebem recursos públicos ou que são reconhecidas como instituições de utilidade pública, isentas do pagamento de impostos. Esses “convênios” com diferentes órgãos públicos impõem ao Estado a tarefa de fiscalização, o que raramente foi verificado.

A internação compulsória é medida admitida pela legislação brasileira, no caso de tratamento de dependentes de drogas, depreendendo-se que faz parte do processo judicial, porém, o que se vê na prática não é sua adoção como medida de segurança (já que o usuário comete ato infracional). Na prática, o que foi observado no Relatório acima citado, é que a internação compulsória é a aplicação de uma medida jurídica fora de um processo judicial. É o uso do aparato jurídico para segregar e não para solução de conflitos do usuário com a justiça e a sociedade.

No caso brasileiro, a recente Lei 11.343/06, apesar de insinuar intervenções redutoras, prevê medidas descaracterizantes que acabam sendo consumidas pela lógica da punitividade, fato que propicia identificar na base argumentativa da nova lei a inversão ideológica do discurso de contração de riscos. Ou seja, é enunciada formalmente política de redução de danos, mas sua instrumentalização reforça a lógica repressiva.⁴⁰

Outra consequência negativa da criminalização são as condições de consumo e a qualidade das substâncias consumidas. Sua precariedade é normalmente comprovada, já que a ilegalidade não fornece uma fiscalização mínima de controle de qualidade que deveria ter.

“(...) a ausência deste tipo de fiscalização e do apoio sanitário aos usuários e dependentes cria ambientes de consumo com péssimas condições de higiene, favorecendo a propagação de doenças infecto-contagiosas como o HIV e a hepatite.”⁴¹

A Lei nº 11.343/06 prevê medidas de intervenção redutora de danos que deveriam minimizar as consequências negativas aos usuários e dependentes, mas, sua lógica de punitividade acaba inviabilizando sua aplicação com a eficácia almejada. A conduta da utilização de drogas é reprovável social e penalmente o que, portando, dificulta espontaneidade na busca por um tratamento. Esta espontaneidade é pressuposto para que sejam alcançados os objetivos principais da política de redução de danos.

(...) o que parece ser relevante nos programas de redução e danos é o elemento de voluntariedade e a interação eu se exige entre o paciente e o seu tratamento. Diferente dos modelos fundados sob a lógica proibicionista, abdica-se do ideal de abstinência e de cura, invariavelmente impostos pela coação, com a redução do

http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/noticias/noticiaDocumentos/Relatorio_Inspecao_Direitos_Humanos.pdf. Acesso em 29/11/2011.

⁴⁰ CARVALHO, 2010, op. cit., p.149.

⁴¹ CARVALHO, 2010, op. cit., p. 149.

dependente à condição de incapaz de compreender a situação na qual está envolvido. Os programas de redução de danos pressupõem estar o usuário de drogas implicado positivamente no processo de reabilitação, estado este objetivo no seu horizonte de desejo.⁴²

Nessa perspectiva, ao pensarmos na possibilidade de uma política de redução de danos, pressupomos ser possível uma otimização de investimentos que vise à diminuição do problema gerado pelo uso de drogas e suas consequências aos usuários e à sociedade. Esta política não pode ser administrada de forma eficiente com o modelo proibicionista, penalizante.

⁴² CARVALHO, 2010, op. cit., p. 186.

4. Proibir ou não Proibir?

A humanidade sempre conviveu com o uso de drogas. Vários povos consumiram diversas espécies de plantas alucinógenas e psicoativas como instrumento de aproximação às divindades, utilizando-as em cultos religiosos, ritos de passagem ou iniciação. O uso medicinal com objetivos de curar doenças ou aliviar seus sintomas e o uso por simples prazer faz parte do cotidiano da sociedade e já foi considerado aceitável, sem estigmatização ou rotulações era, simplesmente, cultural.

O controle penal pelo Estado tem início no começo do século XX, nos EUA, e, quando comparado ao longo período que as drogas vêm ocupando o cotidiano nas sociedades, percebe-se o pouco tempo de expressa proibição. Seu objetivo principal está no combate e na punição do uso e da venda de substâncias rotuladas como ilícitas. Como pano de fundo no discurso proibicionista, há um forte apelo à proteção da saúde pública e da segurança, tendo no aumento gradativo da punição, a única opção para restabelecer a ordem social.

O modelo proibicionista de controle de drogas sustenta-se em dois fundamentos básicos: o fundamento moral e o fundamento sanitário-social, e a proibição repousa sobre a premissa da supressão da oferta por meio da interdição geral e absoluta de todo o uso, comércio e produção, que passaram a ser previstos como crime, e sancionados com pena de prisão.⁴³

O embate gerado entre o proibicionismo e o antiproibicionismo não é assunto recente, ele caminha em nossa sociedade há muitos anos, passando por gerações, assim como o discurso em torno da “periculosidade” das drogas que estão em circulação no momento. Já foram travados diversos debates por causa da maconha e da cocaína. Hoje, o debate gira em torno das drogas sintéticas e do crack, bem como de drogas novas que surgem a cada dia, como o óxi, mais baratas e mais letais.

Nessa discussão em torno do tema, em qualquer época, porém, podemos perceber a tendência de verter-se para uma discussão entre idealismo e realismo. “..., el debate se plantea como um problema moral entre el bien y el mal versus un fenómeno real y concreto que exige al análisis de costos y beneficios de las políticas para enfrentar o problema”⁴⁴.

Consumir ou não consumir algum tipo droga, sem dúvida, começa com uma decisão pessoal. Mas há muitas implicações que são coletivas e não individuais, daí a ampla

⁴³ RODRIGUES, 2006, op. cit., pp 46/47.

⁴⁴ Del Olmo, Rosa. 1992, *¿Prohibir o Domesticar?* 1ª Edição, Caracas, Venezuela, 1992, p. 116.

discussão, em nível de Estado, de como evitar que tais consequências afetem a sociedade como um todo.

Os custos sociais decorrentes do comércio e do uso indevido das drogas mostraram as dificuldades que o modelo proibicionista vem apresentando e sugere que, ao contrário do que era esperado quando se adotou tal modelo, estamos muito longe de encontrar soluções práticas para o problema. A lei penal, a qual se tinge sob a ameaça de punição, não mudou os hábitos e as escolhas das pessoas em consumir aquilo que bem entendem pelo simples fato de ser proibido.

A história vem mostrando que o modelo proibicionista não está reduzindo o uso de drogas. Prender traficantes não significa diminuir o tráfico, o binômio oferta e procura não está sendo alterado.

No Brasil, o tema droga tem sido tratado principalmente como problema de violência urbana e falta de atuação efetiva do Estado, que ainda é visto como o principal ator na luta contra as drogas. Falta uma indagação política e social sobre o porquê do consumo estar aumentando a cada dia. As pessoas que usam drogas não estão distantes como imaginamos que estejam, são nossos familiares, vizinhos e amigos.

Longe da ideia da intervenção proibicionista, a droga e seus atores não constituem um mundo à parte, não representam um acontecimento alheio ou paralelo à vida da sociedade, mas ao contrário, constituem um fenômeno a ela inerente e por ela mesma produzido e, nesse sentido, normal.⁴⁵

Quando transportamos para dentro de nossas casas a realidade dos atores submetidos de alguma forma às drogas, percebemos a quebra de entendimentos pré-concebidos do modelo de estigmatização de doentes ou delinquentes. Queremos mais respostas do que nos são oferecidas pelo modelo proibicionista. A droga pode, além de destruir os dependentes, devastar suas famílias, mas encarcerar ou rotular não está resolvendo o problema.

Não se pretende neste trabalho dizer o que é certo e o que é errado. Buscamos novas propostas, menos gravosas para os atores envolvidos com as drogas, assim como propomos questionamentos que possam possibilitar as modificações necessárias.

A comissão de juristas que estuda algumas mudanças no Código Penal Brasileiro mostra que nosso país vem avançando nas discussões sobre o assunto. Após sete meses de intensos debates, a comissão de juristas encarregada de elaborar o projeto de reforma do

⁴⁵ REZENDE, 2011, op. cit., p. 7.

Código Penal Brasileiro chegou a um texto final, que agora tramita no Senado Brasileiro, trazendo uma proposta polêmica e visionária onde consta a descriminalização do uso individual e do porte de pequenas quantidades, assim como a produção para consumo próprio⁴⁶.

Nas palavras do desembargador Wálter Maierovitch, que vê com grande otimismo as possíveis mudanças: “O Brasil é refém da legislação proibicionista norte-americana desde 1966 e ela não dá resultados. Em Portugal, a descriminalização levou à diminuição do consumo, de acordo com dados da União Europeia”⁴⁷.

O discurso descriminalizante encontra seus argumentos, principalmente, no fato de que a repressão tem-se mostrado ineficiente, até mesmo contraproducente, já que o consumo aumenta a cada dia e, juntamente com ele, o custo para o Estado, como dito anteriormente no capítulo 3.

O modelo proibicionista é um só. Marcado pela repressão do Estado e na ampla implementação de programas com intuito de restringir o uso e o comércio das drogas. As medidas adotadas pelo Estado vislumbram a ideologia de segurança e saúde públicas. Muito dinheiro é gasto no combate às drogas. Manter um sistema prisional com alto custo está sendo um dos principais pontos de argumentação para descriminalizar⁴⁸.

Mas somente a descriminalização do uso não irá resolver o problema. Uma das consequências seria o encarecimento da mercadoria, já que, poderia haver um estímulo da demanda e uma repressão da oferta. Aqui, haveria um impasse, já que o Brasil ainda não tem condições econômicas e morais para descriminalizar o tráfico, partindo da premissa moral de que as drogas são más e perigosas e os inimigos são os traficantes.

O modelo antiproibicionista, que é extremamente amplo e com várias vertentes, vai desde a descriminalização do uso até a completa legalização das drogas. Neste último caso, a teoria mais radical em relação ao que temos hoje em nossa legislação.

A descriminalização do uso e porte de drogas no Brasil está começando a ser uma possibilidade real, que pode trazer um impacto positivo na redução da atuação do sistema penal, aliviando o sistema para que possa dedicar-se a crimes mais graves, como roubos e homicídios. Embora não seja uma solução para todos os problemas causados pelo

⁴⁶ Na proposta apresentada pela comissão de juristas não há crime quando o agente adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo drogas para o consumo pessoal, bem como quando semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de drogas para o consumo pessoal. Ainda na proposta, fica claro o papel do magistrado, que será o responsável por observar a natureza e a quantidade da substância apreendida, a conduta, o local e suas condições onde desenvolveu a ação, bem como as circunstâncias sociais e pessoais do agente, para determinar se a droga destinava-se ao consumo pessoal ou não.

⁴⁷ Extraído de <http://www.oabrj.org.br/>, acesso em 29 de maio de 2012.

⁴⁸ Recentemente foram levantados dados onde se aponta que 1/3 da população carcerária brasileira encontra-se presa por envolvimento no tráfico de drogas.

proibicionismo, “tem condições de resolver alguns problemas como a estigmatização do usuário, e o envolvimento danoso deste com o sistema penal, além da redução da corrupção e da criminalidade”.⁴⁹

Acreditamos ser uma fase transitória e necessária para a possibilidade de mudanças futuras mais radicais, como a despenalização do pequeno traficante, não está livre de críticas.

Em nota divulgada à imprensa, Juízes e Promotores que atuam nas Varas e Promotorias de entorpecentes do Distrito Federal manifestaram seu repúdio à descriminalização do porte de drogas para consumo. Há um “temor” pela segurança da sociedade brasileira, caso o texto seja aprovado.

É importante frisar que, levantamentos perante as Varas de Entorpecente, mostram que: 80% dos traficantes são consumidores de droga; 95% começaram o seu consumo na adolescência; 90% começaram com o consumo de maconha e 85% dos usuários de droga frequentaram a escola até a 8ª série. Esses dados mostram não só uma escalada no mundo dos tóxicos, onde o usuário de hoje é potencialmente o traficante de amanhã, que a maconha, dentro as drogas ilícitas, continua sendo a porta de entrada para o consumo de outras substâncias mais pesadas, como também revela que, dentre tantos outros fatores, a droga é um importante propulsor da evasão escolar.⁵⁰

Para os magistrados e promotores que assinaram o texto disponível no *site* do TJDF, não há outra medida que possa surtir algum efeito benéfico para a sociedade senão o aumento da repressão, pelo Estado, e a manutenção das penas para usuários e traficantes.

Não podemos concordar com esse posicionamento, pois acreditamos que esta solução é ilusória. É uma ingenuidade pensar que o Estado, a lei ou a polícia possam resolver a situação dos problemas sociais percebidos com o consumo e o comércio das drogas. Por mais investimentos que possa haver, por mais que fossem implementadas melhores técnicas de ação policial, por mais severidade que as leis possam ter, a ação imediata se daria somente sobre os efeitos do problema. Reprimir a ação é mais fácil do que prevenir a ação.

A opção pela descriminalização do uso e porte de drogas em nosso País seria uma opção vanguardista e corajosa e teria que mudar, e muito, a mentalidade de muitas pessoas que são contra. Defender tal posição perante autoridades que lidam diretamente com pessoas envolvidas com as drogas, como acima exposto, não é tarefa fácil e, em nosso entendimento, não tem outro ponto de partida senão os dados estatísticos de que, o consumo aumenta a cada dia, apesar de ainda ser considerado crime. Usuários e traficantes são presos a cada dia e, a

⁴⁹ RODRIGUES, 2006, op. cit., pp. 89/90.

⁵⁰ Nota à Imprensa: Contra a descriminalização do porte de drogas para consumo. Texto na íntegra no site www.tjdft.jus.br, acesso em 20/06/2012.

eles são aplicadas penas severas ou não, dependendo de cada caso, de nossa legislação penal, que ainda criminaliza tais condutas. Apesar das prisões, o uso e o comércio de drogas também continuam aumentando.

Em um exemplo deste aumento do consumo de drogas entre os jovens brasileiros, apontamos uma reportagem do Correio Braziliense, jornal de maior circulação na capital do Brasil, publicada no dia 03/04/2012, em que mostra a “invasão das drogas” nas instituições de ensino no Distrito Federal. Levantamentos feitos pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal mostraram que, de janeiro a julho de 2012, a quantidade de ocorrências policiais relacionadas ao uso de drogas ilícitas em um raio de 100 metros das 1.095 unidades educacionais distribuídas na capital brasileira⁵¹.

Esta reportagem é uma entre milhares que circulam em nossa imprensa todos os dias. O aumento do consumo de drogas é fato. Temos que enfrentar o problema, aceitar novas alternativas que possam minimizar os efeitos danosos nas famílias brasileiras.

Podemos citar algumas consequências da inoperância do sistema de políticas sobre as drogas na América Latina que foram apontados na Declaração da Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, como sendo a base para o pensamento de que é necessário mudar.

Um aumento do crime organizado ligado ao narcotráfico e ao controle de mercados e territórios por parte dos grupos criminosos; um crescimento da violência a níveis inaceitáveis, afetando o conjunto da sociedade e, em particular, os pobres e jovens; a criminalização da política e a politização do crime, bem como a proliferação de vínculos entre ambos, que se reflete na infiltração do crime organizado nas instituições democráticas; a corrupção dos funcionários públicos, do sistema judiciário, dos governos, do sistema político e, particularmente, das forças policiais encarregadas de manter a lei e a ordem.⁵²

Como proposto no presente trabalho, apresentaremos a seguir, algumas possibilidades alternativas na política criminal de drogas diferentemente do proibicionismo. Acreditamos ser perfeitamente possível que sejam implementadas novas estratégias referentes ao uso e porte de drogas em nosso país.

São questões, como já dito, polêmicas, que suscitam discussões no campo econômico, jurídico, social, sanitário e moral, mas com importantes instrumentos para diminuição dos impactos negativos sobre todos os envolvidos no processo relativo às drogas. No presente trabalho não vamos discutir as possibilidades da política antiproibicionista, pela

⁵¹ Texto na íntegra no site www.correiobraziliense.com.br, acesso em 04/09/2012

⁵² Drogas e Democracia: Rumo a uma mudança de paradigma, Declaração da Comissão Latino-Americana Sobre Drogas e Democracia, 2011, op. cit., Disponível em: www.drogasedemocracia.org/arquivos/declaração_portugues_site.pdf.

sua imensa extensão, mas iremos apontar alguns modelos considerados como soluções mais razoáveis ao problema das drogas do que os oferecidos pela política proibicionista.

A seguir, utilizaremos uma comparação de políticas para mostrar a possibilidade de ação com retornos positivos à sociedade e ao Estado. Mais uma vez, ressaltamos que aqui são apontadas sugestões que já vem sendo implantadas em outros países e que poderiam, caso fosse desejado, ser implantadas em nosso país, adequando-as a nossa realidade social, cultural e econômica.

4.1 Comparação de Políticas Públicas de Combate às Drogas

Nas últimas décadas, vários países desenvolveram políticas inovadoras para minimizar os problemas do uso de drogas ilícitas. Alguns pilares foram a despenalização, a descriminalização do usuário e a política de redução e danos.

Na maioria dos países europeus (exceção Suécia e Grécia), a posse de pequenas quantidades de maconha não leva à criminalização dos usuários. Há uma distinção entre drogas consideradas de pequeno grau lesivo e alto grau lesivo tanto na prática legal como na repressão ao comércio. O tráfico de drogas ditas “pesadas” geralmente leva a penas mais severas.

Em Portugal, Espanha e Itália, a posse de qualquer tipo de drogas para consumo próprio foi descriminalizada. As pessoas podem ficar sujeitas apenas a sanções administrativas, como multas simbólicas e prestação de serviços comunitários, sempre sem utilizar o sistema criminal, a depender de cada caso. Estas podem ser retiradas quando o usuário, também dependente, concorda em se submeter a um tratamento. Na Espanha e na Holanda é permitido, inclusive, o plantio de maconha para uso pessoal, limitado de duas a cinco plantas por pessoa.

A economia que é movimentada pelas drogas é de extrema importância aos países em que seu comércio é permitido. Temos como exemplo o estado da Califórnia – EUA. Na Califórnia há uma legislação que permite a comercialização da maconha para fins terapêuticos, mediante a apresentação de uma receita médica.

O comércio legal, neste caso, permite que o estado arrecade em média, anualmente, 200 milhões de dólares. No ano de 2009, em uma entrevista coletiva, o então governador do estado, Arnold Schwarzenegger frisou: “Estou aberto para avaliar qualquer

ideia voltada para criar receitas extras. E penso ter chegado a hora de inicial o debate sobre a legalização da maconha para consumo recreativo”.⁵³

Tal declaração foi feita em um momento em que o estado da Califórnia encontrava-se quebrado economicamente, com um rombo nas contas públicas de aproximadamente 42 bilhões de dólares, e precisando arrumar um jeito de aumentar suas receitas. Pelos cálculos do então governador, Schwarzenegger, caso a maconha fosse legalizada para o consumo recreativo, a arrecadação chegaria a 1,3 milhões de dólares, por intermédio da tributação. Porém, no ano de 2010, por meio de um referendo, os eleitores do estado da Califórnia rejeitaram a proposta de legalizar a maconha.

A chamada “fatia da arrecadação terapêutica” também já faz parte de mais outros treze estados americanos, tais como Minnesota, New Hampshire e Rhode Island, onde a venda para uso medicinal é permitida. “A legalização do mercado das drogas tornou-se atraente. Conservadores e moralistas, com bolsos afetados, talvez comecem a abrandar seus discursos e cheguem no ‘victimless’, ou seja, o usuário visto como vítima de si mesmo”.⁵⁴

Justificamos aqui a realização de uma abordagem simplificada, pela extensão do presente trabalho, de modelos de políticas públicas de combate às drogas de outros países, pois acreditamos ser importante a identificação de questões estruturais e tendências antiproibicionistas capazes de tratar o tema com uma estratégia mais humana, mais preocupada com a pacificação dos conflitos relacionados às drogas do que com a tentativa de repressão, já considerada anteriormente e incapaz de resolução. Em comparação com nosso país, não descartamos a necessidade de adaptação, para evitar equívocos de realidades com “cópias” de legislações.

4.1.1 Modelo português e a Política Pública adotada para usuários e dependentes

Numa reflexão sobre a realidade da política pública brasileira de combate às drogas, onde o tratamento repressivo e policial, que utiliza o direito penal como meio de coerção, acabou por preterir a saúde pública, buscamos uma apresentação do modelo português como forma de expressão do que seria a aplicabilidade da política de redução de danos, voltada principalmente para minimizar os efeitos do uso de drogas no campo da saúde pública.

⁵³ MAIEROVITCH, Walter Fanganiello. Guerra Perdida: A repressão aos usuários de drogas caiu em descrédito. Revista Carta Capital, 26/05/2009, disponível em www.drogasedemocracia.org.

⁵⁴ MAIEROVITCH, 2009, op. cit.

A apresentação deste modelo alternativo, como estratégia na busca de meios mais eficazes de resolução de conflitos no uso de drogas, foi destacada neste trabalho pela sua oposição ao modelo repressivo e punitivo brasileiro.

Não cabe aqui a pretensão de querer utilizar o mesmo modelo antiproibicionista de um país desenvolvido, com estruturas médico-sanitárias muito mais avançadas, em um país como o Brasil, que ainda está engatinhando rumo a planejamentos de controle do uso de drogas mais eficazes e menos danosos. A intenção é apenas mostrar que há novas perspectivas mundiais, fora do eixo proibicionista tradicional, que estão apresentando resultados mais satisfatórios para o tratamento do uso de drogas na sociedade moderna.

A legislação portuguesa de 30/11/2000, que entrou em vigor no dia 01/07/2001, descriminalizou o uso e a posse de pequena quantidade de droga para uso pessoal. Tal conduta constitui-se em uma *contra-ordenação*, a qual, no Direito Português configura um ato situado entre o direito penal e administrativo, sujeitando o autor a um tratamento diferenciado da pena criminal e da multa administrativa.

O controle estatal sobre o consumo de drogas passou a ser feito administrativamente, exercido por um órgão especializado criado especificamente para tratar de processos relacionados ao uso e porte de drogas.

No sistema português há uma diferenciação entre usuário ocasional ou eventual e usuário dependente, no qual há distintas formas de sanções aplicadas à situação particular de cada um. A identificação e individualização de cada consumidor é fundamental para o sucesso do tratamento oferecido.

A descriminalização do uso e porte em Portugal pode servir de exemplo para o Brasil, principalmente neste momento em que o projeto de reformulação do Código Penal também prevê essa possibilidade. A escolha desta alternativa à repressão e à violência tem por objetivo reduzir os efeitos negativos da criminalização, resolvendo problemas de estigmatização do usuário e seu envolvimento perverso com o sistema penal. O estado poderia dedicar sua atenção aos crimes mais graves.

Apesar de sabermos que a descriminalização não resolve o problema principal da droga, qual seja a violência exacerbada da ilegalidade do comércio, consideramos ser uma etapa transitória e necessária, principalmente a nível cultural, para mudanças mais amplas que cheguem até uma legalização controlada.

4.1.2 Modelo holandês e a política pública adotada para usuários e dependentes

A experiência holandesa é apresentada neste trabalho por se tratar de um dos primeiros países a fechar as portas para a influência mundial historicamente repressora. A Holanda foi o primeiro país do mundo a admitir uma política pública diferente do tradicional proibicionismo, com a adoção da política de redução de danos.

O objetivo principal desta política pioneira referente às drogas está na prevenção e na redução dos riscos individuais, e também os sociais, causados pelo uso/abuso de drogas ilícitas.

A posse de pequenas quantidades de maconha e também o seu plantio, em pequena escala e para o uso pessoal, foi despenalizado. A venda da maconha também foi legalizada e seu uso permitido em locais específicos, chamados coffeshops, os quais funcionam normalmente desde o ano de 1976 . “A premissa básica na qual se baseia a política dos Países Baixos é que algumas pessoas vão consumir cannabis de qualquer forma, e diante disso é melhor que isso ocorra em um ambiente aberto, do que nos ambientes criminais subterrâneos.”⁵⁵

A intenção foi desassociar a maconha das drogas ditas pesadas, ou de maior grau de lesividade para o organismo humano e, sua oferta legal não tem apresentado índices de aumento de consumo superior a de países em que continua havendo criminalização do usuário.

Ao tentarmos transpor a ideia de legalização da maconha em nosso país, poderíamos apontar como possíveis consequências positivas a arrecadação em impostos, ao invés de gastos em repressão, e a substituição das drogas ditas “pesadas” pela facilidade em adquirir a maconha. “A retirada do problema da ilegalidade, possibilitando sua visibilidade, abriria espaço para incremento da informação educacional, para o incentivo agrícola de culturas alternativas e para a regulamentação do comércio e do uso de substâncias entorpecentes”.⁵⁶

Além de afastar os efeitos estigmatizantes da abordagem policial e dos órgãos judiciários competentes, ainda traria a possibilidade ao Estado de poder controlar a qualidade da substância legalizada, podendo ser reduzido os problemas advindos da manipulação química prejudicial da droga.

⁵⁵ RODRIGUES, 2006, op. cit., p. 122.

⁵⁶ CARVALHO, 2010, op. cit., p.300.

4.2 A Política de Redução de Danos, Críticas e Alternativas ao Proibicionismo

A estratégia brasileira focada fundamentalmente no modelo proibicionista e repressivo com intuito de combater o uso e comércio das drogas fracassou. Desejar um mundo sem drogas não constitui um horizonte realista e, portanto, não deve ser o sustentáculo das políticas públicas. Estas deveriam ter como prioridade a prevenção, o tratamento e a redução de danos ao indivíduo e à sociedade.

Hoje, a utilização de drogas ilícitas está em todas as classes sociais, idades e níveis escolares. As atuais políticas públicas em nosso país são voltadas quase que exclusivamente para prevenção e repressão, com poucos subsídios estatais voltados para reabilitação ou tratamento.

O debate sobre o fenômeno das drogas precisa ser aprofundado e deixado de ser tratado como um “tabu”. As drogas eleitas como imorais e perigosas, à categoria de ilícitas, trazem o forte caráter repressivo e moralizador da sociedade ao invés do enfrentamento do problema. “Com a ausência de uma discussão ampla e bem informada, os problemas relativos à violência, à corrupção e à erosão do poder público tendem não somente a se agravar, como se tornam cada vez mais difíceis de serem resolvidos.”⁵⁷

Na tentativa de minimizar os efeitos e os riscos decorrentes do uso de drogas em geral, surgiram políticas preventivas ou planos estratégicos na redução de danos à saúde dos usuários e dependentes, as quais são aplicadas em diversos países.

A política de redução de danos é, portanto e principalmente, um conjunto de ações adotadas pelo Estado, mas que envolve a sociedade, com intuito de diminuir as consequências adversas do consumo de drogas, sob o ponto de vista sanitário e seus aspectos sociais e econômicos.

As estratégias de redução de danos têm como proposta prevenir e tratar a dependência de drogas sem exigir a cessação do uso, sabendo e reconhecendo a abstinência como meta que pode ser buscada, mas não como condição para a ajuda.

Na década de 80, por ocasião da epidemia da AIDS, o programa de fornecimento de seringas estéreis que auxiliavam na diminuição de contaminação aos usuários de drogas injetáveis, grupo extremamente vulnerável ao contágio devido à marginalização a que

⁵⁷ Drogas e Democracia: Rumo a uma mudança de paradigma, Declaração da Comissão Latino-Americana Sobre Drogas e Democracia. Membros da Comissão César Gaviria, Ernesto Zedillo e outros, 2011. Disponível em: www.drogasedemocracia.org/arquivos/declaração_portugues_site.pdf, p. 39.

estavam expostos e pela ausência de informações, foi um dos precursores da política de redução de danos.

A capacidade de adequação às realidades sociais, por possuir uma visão pragmática do problema, diferenciada e não excludente, num trabalho de definição de planos de ação direcionados e específicos ao tipo de droga às necessidades dos usuários e dependentes, proporciona à política de redução de danos “cada vez mais aceitação em diferentes culturas, desde que os elaboradores de políticas públicas tenham em mente a urgente necessidade de salvar vidas e de proteger concretamente a saúde pública e individual.”⁵⁸

São várias as vertentes em que a política de redução de danos atua. A educação e informação sobre os riscos do uso de drogas, a distribuição de seringas descartáveis, o acolhimento do dependente e a disponibilização de um tratamento médico voluntário e adequado a cada situação específica, a criação de locais de consumo permitido, a prescrição e fornecimento gratuito de drogas aos dependentes, programas de melhoria na qualidade de vida e reinserção familiar e social são alguns exemplos.

Em diversos países europeus os resultados da implementação da política de redução de danos vem se mostrando bastante positivo como uma forma racional mais eficaz de prevenção aos riscos do uso de drogas.

A ausência de repostas por parte do nosso país às diferentes e complexas questões relacionadas às drogas não pode mais ser tolerada, devendo ser tema de debates que aprofundem a leitura sobre diferentes dimensões do problema.

A política de redução de danos poderia ser um caminho razoável de diminuição do impacto negativo e problemas secundários pelo uso/abuso de drogas. Pelo fato de ser compatível com o atual sistema proibicionista brasileiro, suas estratégias deveriam ser implementadas em níveis experimentais mais abrangentes, antes mesmo de uma reformulação em nossa legislação sobre o assunto.

⁵⁸ RODRIGUES, 2006, op. cit., p. 70.

5. Apresentação e Análise da Estatística dos Registros de Ocorrências Policiais de Tráfico e Uso de drogas na Polícia Civil do DF

A motivação inicial do presente capítulo partiu de uma indagação sobre uma possível alteração no procedimento operacional das polícias relacionado às drogas. Partimos da premissa de que a despenalização do usuário, introduzida pela Lei de 2006, poderia ter como consequência uma diminuição do interesse policial em relação à conduta do usuário e, por outro lado, poderia haver uma maior concentração dos recursos policiais disponíveis na repressão ao tráfico.

Para verificação dessa hipótese, nos propusemos a buscar dados estatísticos levantados pela Polícia Civil do Distrito Federal do número de Inquéritos Policiais instaurados, relacionados ao tráfico, e do número de Termos Circunstanciados instaurados, relacionados ao porte para uso pessoal.

Para realização dessa análise comparativa entre um e outro procedimento policial, solicitamos à Divisão de Estatística e Planejamento Operacional – DEPO, que foi indicado como o órgão responsável pela compilação de todos os dados estatísticos produzidos na Polícia Civil do DF, a informação sobre os procedimentos instaurados em todas as delegacias de polícia do Distrito Federal referentes aos anos de 2002 a 2011, detalhados mensalmente, no tocante aos crimes de porte para consumo pessoal e de tráfico⁵⁹.

Com os dados estatísticos em mãos, na busca de dados que confirmassem ou não a suposição inicial de que a polícia estaria despendendo menor esforço operacional no combate ao consumo e maior no combate ao tráfico, teríamos que verificar um aumento no número de Inquéritos Policiais (IP) e uma diminuição no número de Termos Circunstanciados (TC) a partir da vigência da Lei 11.343/06, ou seja, a partir do ano de 2006 para frente.

Para nossa surpresa, os servidores que trabalham na DEPO nos informaram que estes dados não estariam disponíveis, não por negarem o requerimento, mas porque não foram armazenados ou agrupados em forma de tabelas passíveis de consulta. Os dados existem, pois o sistema onde ocorrem as inserções de Inquéritos Policiais e Termos Circunstanciados tombados nas delegacias está informatizado desde o ano de 2000, mas, não há meios eficazes capazes de gerarem tabelas estatísticas fidedignas a realidade dos números lá inseridos.

⁵⁹ Na Lista de Apêndice consta o Requerimento de solicitação da pesquisa estatística encaminhado à DEPO na íntegra.

A inviabilidade de acesso aos dados nos levou a questionar o porquê da pouca valorização do detalhamento de dados estatísticos, até mesmo como um instrumento de trabalho, já que poderiam ser de extrema utilidade no planejamento tático de ação da polícia.

Em resposta ao requerimento, o respectivo departamento apresentou dados referentes aos registros de boletins de ocorrências, do ano de 2005 ao ano de 2010, mensalmente, relacionados ao uso e ao tráfico de drogas nas delegacias de polícia do Distrito Federal⁶⁰. Estes dados, embora insuficientes para o que nos propusemos de início, foram os que serviram de base para a análise apresentadas mais adiante.

Antes da apresentação da análise requerida, porém, é importante observar certos aspectos característicos da ocorrência policial.

A Polícia Civil do Distrito Federal, embora muito raramente, registra ocorrências relacionadas ao uso e ao tráfico de drogas quando não há substância apreendida e quando a substância apreendida, após exame preliminar no Instituto de Criminalística (IC), não é caracterizada como ilícita.

Nas tabelas anexas não estão contabilizadas as ocorrências registradas nos dois casos acima citados, ou seja, quando não havia substância apreendida ou quando o laudo foi negativo para o princípio ativo caracterizador da droga. Estas ocorrências são praticamente todas arquivadas, mas o número do registro consta no sistema.

As ocorrências relacionadas nas tabelas em anexo são aquelas subsidiadas pelo laudo de constatação de substância ilícita realizado pelo Instituto de Criminalística do Distrito Federal. Portanto, há mais ocorrências registradas do que as constantes nas tabelas em anexo.

Para se fazer um registro de boletim de ocorrência, de porte para consumo pessoal ou de tráfico de drogas, é necessário o comparecimento de uma pessoa que comunique o crime e forneça alguns dados básicos, tais como, o local em que o crime ocorreu, quem o praticou e, se possível, a apresentação da substância encontrada para ser apreendida e submetida a exame preliminar.

No Distrito Federal, o cidadão pode “denunciar” esse tipo de crime sem a necessidade de se identificar ou se envolver, bastando que telefone para o número 181 correspondente ao sistema chamado Disque Denúncia, o qual funciona todos os dias por 24 horas⁶¹. Os atendimentos do Disque Denúncia têm caráter sigiloso, inclusive quanto à origem do número do qual partiu a ligação.

⁶⁰ As tabelas estatísticas fornecidas pela DEPO estão em anexo.

⁶¹ Página na Internet da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, acessada em setembro de 2012, disponível em http://www.ssp.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=4617.

Uma denúncia de uso de drogas usualmente é repassada à Polícia Militar que pode confirmar presencialmente o fato suspeito e, nesse caso, conduzir as pessoas envolvidas às delegacias. Em função disso, na maioria dos casos de uso de drogas, os comunicantes desse tipo de ocorrência são policiais militares, que figuram como condutores no caso de flagrante.

Apresentadas as pessoas envolvidas, os Delegados de Polícia analisam o caso e as circunstâncias, verificando a existência de provas materiais e de testemunhas, definindo a tipificação das condutas individualmente.

Registra-se a ocorrência e apreende-se o material suspeito, se houver, o qual é encaminhado ao Instituto de Criminalística, para confecção do laudo preliminar. Este laudo deve indicar, dentre outros dados, a natureza e quantidade da droga, além da presença ou não do princípio ativo que cause dependência química. Caso o laudo do IC confirme que a substância periciada figura na lista das drogas ilícitas⁶², ocorre a lavratura de flagrante. Na prática, a maioria das substâncias submetidas à perícia técnica do IC é ilícita.

A ocorrência policial é documento gerador de Termo Circunstanciado ou de Inquérito Policial, seja flagrante ou não. Esses procedimentos instaurados a partir da ocorrência dependem da presença de laudo pericial positivo e do conhecimento do autor do fato.

Somente a sequência investigativa relativa ao caso concreto poderá determinar se a ocorrência será arquivada, encaminhada à seção competente nas Delegacias para continuação das investigações, para lavratura do TC ou para instauração de IP. Nem toda ocorrência policial, portanto, obrigatoriamente, gera TC ou IP.

Em todas as delegacias circunscricionais do Distrito Federal há uma seção chamada SRD – Seção de Repressão às Drogas que é a responsável por apurar denúncias anônimas ou ocorrências registradas que ainda não deram início a um TC ou a um IP.

A polícia civil averigua a veracidade das informações recebidas e aposta nos flagrantes como melhor forma de trabalho. Para isso, antes de efetuar as prisões, utiliza diversos métodos de investigação como campanhas nas ruas, inclusive com filmagens e fotografias, escutas telefônicas e oitiva de envolvidos, o que corresponde à ação controlada, nos termos do art. 53, II, da Lei nº 11.343/2006, que pode dar ensejo ao denominado flagrante diferido.

⁶² Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 (art. 66, Lei nº 11.343/2006)

O flagrante é apontado como o meio mais eficaz de condenação, pois fornece, a um só tempo, elementos de materialidade e autoria que dificilmente cedem lugar a dúvidas, ou seja, raramente conduzem a hipótese de insuficiência de prova.⁶³

Nas situações de flagrante, que são maioria nos casos de droga, as ocorrências respectivas não são encaminhadas à SRD, mas diretamente ao Poder Judiciário, juntamente com os autos do TC ou do IP a que deram origem.

O Inquérito Policial, em situação de flagrante ou não, deve ser concluído em até 30 dias se o indiciado estiver preso ou em até 90 dias se estiver solto, conforme previsto no art. 51 caput da Lei nº 11.343/2006, podendo os prazos ser duplicados conforme parágrafo único do mesmo artigo.

No caso do Termo Circunstanciado, após sua lavratura, deveria ser encaminhado imediatamente ao juizado, juntamente com o autor do fato, conforme art. 69 da Lei nº 9.099/1995. Contudo, na prática diária das delegacias, o TC só é encaminhado posteriormente. Na hora de sua lavratura, colhe-se termo de compromisso de comparecimento, o qual deve ser assinado pelo indiciado, pelo Escrivão de Polícia e pelo Delegado. Quando o indiciado for analfabeto, uma testemunha a rogo assina em seu lugar.

Na análise dos dados de registros de boletins de ocorrências nas delegacias circunscricionais, relacionados ao porte para consumo pessoal e ao tráfico de substâncias ilícitas, percebemos que a realidade poderia refletir algo diferente da suposição inicial, de que haveria uma diminuição do interesse da polícia no consumo.

Encontramos um aumento do número de ocorrências relacionadas ao uso e ao tráfico, que oscilam ano a ano, como exposto nas tabelas abaixo, mas não podemos confirmar ou negar o desinteresse policial após a entrada em vigor da Lei 11.343/06.

Não foi possível a comparação da quantidade de ocorrências com dados anteriores à Lei de 2006, já que os dados fornecidos foram somente a partir do ano de 2005, sendo um período muito curto (apenas um ano) para essa análise.

A Lei 11.343/06 foi promulgada no dia 23 de agosto de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 5.912/2006 no dia 27 de setembro de 2006 e entrou em vigor no dia 8 de outubro de 2006. Não há como afirmar que todas estas ocorrências contabilizadas nas tabelas em anexo geraram Termos Circunstanciados ou Inquéritos Policiais. Podemos supor, contudo, que o número de ocorrências está bem próximo do número de procedimentos instaurados, pelo fato de que a apreensão da droga é prova contundente.

⁶³ REZENDE, 2011, op. cit., p. 71.

Para melhor entendimento, segue a relação das delegacias do Distrito Federal de acordo com sua área de circunscrição, já que o local do crime também é fruto de observações.

- 1-** 1ª DP – Asa Sul
- 2-** 2ª DP – Asa Norte
- 3-** 3ª DP – Cruzeiro/Sudoeste
- 4-** 4ª DP – Guará
- 5-** 5ª DP – Zona Central do Plano Piloto
- 6-** 6ª DP – Paranoá
- 7-** 8ª DP – Setor de Indústrias
- 8-** 9ª DP – Lago Norte
- 9-** 10ª DP – Lago Sul
- 10-** 11ª DP – Núcleo Bandeirante
- 11-** 12ª DP – Taguatinga Centro
- 12-** 13ª DP – Sobradinho I
- 13-** 14ª DP – Gama
- 14-** 15ª DP- Ceilândia (M Norte)
- 15-** 16ª DP – Planaltina
- 16-** 17ª DP – Taguatinga Norte
- 17-** 18ª DP – Brazlândia
- 18-** 19ª DP - Ceilândia (P Norte)
- 19-** 20ª DP – Gama
- 20-** 21ª DP – Taguatinga Sul
- 21-** 23ª DP – Ceilândia (P Sul)
- 22-** 24ª DP – Ceilândia (Setor “O”)
- 23-** 26ª DP - Samambaia
- 24-** 27ª DP – Recanto das Emas
- 25-** 29ª DP – Riacho Fundo
- 26-** 30ª DP – São Sebastião
- 27-** 31ª DP – Planaltina
- 28-** 32ª DP - Samambaia
- 29-** 33ª DP – Santa Maria
- 30-** 35ª DP – Sobradinho II
- 31-** 38ª DP – Vicente Pires

A tabela 1, correspondente à apresentação do número total de ocorrências policiais registradas em cada delegacia nos anos de 2005 a 2011 referentes ao uso e porte de drogas.

Tabela 1

Uso e Porte de Drogas no DF por área circunscricional das Delegacias Policiais⁶⁴							
Delegacia	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1ª DP	176	240	123	128	139	166	85
2ª DP	156	199	115	130	154	157	74
3ª DP	33	30	64	46	57	46	13
4ª DP	51	79	107	126	117	135	156
5ª DP	**	**	199	268	257	460	170
6ª DP	42	65	55	63	65	60	98
8ª DP	46	34	44	75	98	118	64
9ª DP	14	16	22	34	27	42	36
10ª DP	24	19	15	14	7	16	10
11ª DP	74	64	104	82	65	83	87
12ª DP	65	83	99	93	117	126	130
13ª DP	64	70	93	81	79	90	109
14ª DP	68	71	89	108	180	157	89
15ª DP	101	160	204	149	204	234	252
16ª DP	24	29	64	53	88	87	104
17ª DP	96	127	80	57	115	115	120
18ª DP	32	43	61	76	74	86	122
19ª DP	48	50	80	57	71	64	62
20ª DP	44	61	61	76	79	94	81
21ª DP	67	84	107	76	86	113	117
23ª DP	74	66	69	52	75	63	69
24ª DP	27	57	49	37	44	83	106
26ª DP	50	64	74	87	57	90	68
27ª DP	42	60	115	127	148	150	123
29ª DP	34	39	77	46	85	82	55
30ª DP	100	85	85	111	152	156	179
31ª DP	56	48	47	64	59	61	52
32ª DP	70	84	144	77	77	83	52
33ª DP	68	86	118	126	116	135	96
35ª DP	38	58	80	80	59	73	95
38ª DP	4	4	13	18	17	19	11
Total/DF	1788	2175	2758	2716	2968	3446	3251

⁶⁴ A terminologia **Uso e Porte** utilizada nesta tabela seguiu os padrões da denominação dos dados fornecidos pela Polícia Civil do DF

A segunda tabela refere-se ao registro de ocorrências policiais relacionadas ao tráfico de drogas, no mesmo período, nos anos de 2005 a 2011.

Tabela 2

Tráfico de Drogas no DF por área circunscricional das Delegacias Policiais							
Delegacia	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1ª DP	45	65	32	35	48	57	62
2ª DP	41	38	31	44	45	47	33
3ª DP	9	9	11	13	12	22	13
4ª DP	19	18	16	27	30	46	28
5ª DP	**	**	82	75	81	182	104
6ª DP	26	30	39	45	54	46	44
8ª DP	8	7	28	30	29	50	30
9ª DP	4	5	6	6	9	13	7
10ª DP	4	1	3	2	2	2	2
11ª DP	13	12	17	18	17	27	14
12ª DP	24	18	26	38	50	43	39
13ª DP	13	20	13	16	27	38	41
14ª DP	17	28	31	19	29	41	40
15ª DP	72	76	98	76	87	110	134
16ª DP	10	10	17	27	36	48	52
17ª DP	40	63	45	51	50	50	54
18ª DP	12	13	23	32	23	20	35
19ª DP	20	21	32	30	40	32	39
20ª DP	17	18	9	21	21	37	30
21ª DP	18	17	26	18	27	32	39
23ª DP	16	13	28	24	25	37	39
24ª DP	9	20	24	19	20	54	102
26ª DP	30	27	40	40	33	42	37
27ª DP	19	30	33	37	42	48	22
29ª DP	15	15	18	12	17	37	12
30ª DP	94	120	134	133	140	187	156
31ª DP	34	21	36	33	42	44	40
32ª DP	33	34	42	36	39	54	27
33ª DP	20	29	26	44	54	76	30
35ª DP	15	34	31	20	22	32	52
38ª DP	5	5	5	1	2	5	5
Total/DF	702	817	1002	1022	1153	1559	1362

Em relação à primeira tabela, referente às ocorrências de uso e porte no Distrito Federal, observamos uma oscilação da quantidade de ocorrências registradas a cada ano, sendo que há um aumento substancial no período estudado. No ano de 2005 tivemos 1788 registros enquanto que no ano de 2011 este número foi de 3251.

No ano de 2010, a atividade policial voltada para o uso de drogas foi ainda maior, foram verificados 3446 registros, mostrando que após a entrada em vigor da Lei nº 11.343/2006, pelo menos no Distrito Federal, não foi possível verificar uma diminuição do interesse em agir da polícia.

Ao compararmos os números registrados na cidade de Brasília/ Plano Piloto, área de atuação das delegacias circunscricionais 1ª DP, 2ª DP e 5ª DP, e os números da cidade de Ceilândia, onde fazem parte as delegacias circunscricionais 15ª DP, 19ª DP, 23ª DP e 24ª DP, verificamos que a ação policial direcionada ao consumo é muito intensa em ambas as cidades, já que representam um número bem alto de registros quando comparados com outras cidades do Distrito Federal, conforme tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Número de registro de ocorrências policiais referentes ao uso

ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Ceilândia - 15ª DP, 19ª DP, 23ª DP e 24ª DP	250	333	402	295	394	444	489
Brasília/Plano Piloto – 1ª DP, 2ª DP e 5ª DP	352	439	437	526	550	783	329

Também, em uma leitura inicial da tabela 3, podemos deduzir que a atuação policial relacionada ao uso é maior na cidade de Brasília/Plano Piloto, com três delegacias responsáveis, do que na cidade de Ceilândia, com quatro delegacias responsáveis, já que o número de registros somados das três delegacias de Brasília, conforme apresentado na tabela acima, é superior em quase todos os anos, ao número de registros somados das quatro delegacias de Ceilândia, exceto no ano de 2011.

O número de registros de cada delegacia individualizado, por cada ano apresentado, encontra-se na tabela 1.

Aqui vale frisar que a população da Ceilândia é quase o dobro da população de Brasília. Em recente pesquisa divulgada pelo Governo do Distrito Federal⁶⁵, a população da Ceilândia é de 400 mil habitantes, enquanto que a população de Brasília fica em torno de 205 mil habitantes.

⁶⁵ Disponível em www.anuario.df.com.br, acesso em 10.09.2012.

Tabela 4 – Número de registro de ocorrências policiais referentes ao tráfico

ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Ceilândia - 15ª DP, 19ª DP, 23ª DP e 24ª DP	117	130	182	149	172	233	314
Brasília/Plano Piloto – 1ª DP, 2ª DP e 5ª DP	86	103	145	154	174	286	199

Ao analisarmos o número do tráfico (Tabela 4) nas cidades de Brasília e Ceilândia percebemos uma inversão em relação ao número do uso e porte (Tabela 3). O combate ao tráfico foi maior na cidade da Ceilândia em praticamente todos os anos, sendo que em 2011 foi superior em mais de 63%, com 115 registros a mais que em Brasília.

Embora esta pesquisa não seja o único indicador para a elaboração de um panorama maior de atuação da polícia no Distrito Federal, podemos afirmar que esta atuação acontece onde há maior demanda por segurança, no caso o Plano Piloto, sendo que neste caso, a demanda maior está no consumo de drogas.

A população se sente incomodada com o usuário de drogas, que circula e usa drogas na Capital Federal, pois o considera moralmente inaceitável. A polícia é acionada para “limpar” as ruas destas pessoas indesejadas, as quais fazem parte, na maioria dos casos, da parcela mais pobre e mais vulnerável. Não é defensável, neste momento, falar de pré-seleção feita pela polícia, mas sim, como já dito, de uma demanda maior de segurança da sociedade nesta área. Cabe destacar a estatística recente divulgada pelo Correio Brasiliense, na qual cerca de 400 mil pessoas se deslocam diariamente para o centro da Capital que concentra as oportunidades de emprego, tanto na iniciativa privada como na administração pública.

Quando analisamos os números referentes a áreas como o Lago Sul (10ª DP) e Lago Norte (9ª DP), nos questionamos se nestes locais não ocorre o tráfico ou consumo de drogas, mesmo que não tão frequentemente quanto no centro de Brasília (área de atuação da 5ª DP). O baixo número de registros de ocorrências de tráfico, média de dois registros *por ano* no Lago Sul (10ª DP), não é passível de ser considerada real. Aqui cabe a afirmativa de que há lugares com maior dificuldade de acesso ao controle punitivo do Estado, que são ocupados por pessoas que não estão tão vulneráveis à ação da polícia quanto quando comparadas com as que circulam no centro de Brasília.

“O movimento expansionista da resposta punitiva dirigida, preferencialmente, aos mais vulneráveis é real”⁶⁶. Há um tratamento desigual resultante do processo criminalizador, motivado pela política proibicionista.

Nesse sentido, abarrotar os presídios de traficantes, aumentar o número de conduzidos às delegacias por uso de drogas é a resposta que a sociedade, de forma ilusória, julga ser melhor e espera do Estado. Este posicionamento da sociedade evidencia a cristalização da política proibicionista.

Embora tenha ocorrido um aumento do número de registros de ocorrências relacionadas ao uso e ao tráfico e de certo modo esta atuação policial responda aos anseios da sociedade, ainda que insatisfatoriamente, podemos concluir que esta atuação não está contribuindo para a redução do consumo de drogas no Distrito Federal.

⁶⁶ REZENDE, 2011, op. cit., p. 117

Conclusão

No modelo atual de repressão às drogas, percebemos o enraizamento de preconceitos e temores moralmente trabalhados ao longo dos anos. É necessário desfazer estes preconceitos, que identificam os atores envolvidos ao crime e inibem um debate público aberto, com mais informações, levando os usuários a círculos fechados e mais próximos da violência urbana.

A discussão sobre o tema vem sendo travada na sociedade por diversos meios, entre eles uma enorme quantidade de *blogs* sobre o assunto. Alguns manifestamente contrários à descriminalização, outros manifestamente favoráveis e outros sem posição definida. A imprensa em nenhum momento deixou de influenciar com reportagens diárias unidirecionadas, sob um mesmo viés, o do modelo proibicionista.

No judiciário, as discussões são tratadas no âmbito da jurisprudência produzida ao longo do tempo. Atores políticos e personalidades conhecidas também se manifestaram e apontaram seus pontos de vista. Em um clássico exemplo citamos o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual hoje é um defensor da legalização da maconha no Brasil.

Não há uma alternativa apontada como certa e com efeitos positivos que sejam garantidos. Sabemos apenas que a política proibicionista não alcançou sua meta de uma sociedade sem drogas e, pelo contrário do que se esperava dela, trouxe consequências extremamente prejudiciais para o Estado e para a população.

Em nosso País, se faz urgente uma revisão profunda das políticas atuais já que o custo humano e as ameaças às instituições democráticas são elevadíssimos.

Reconhecer o fracasso das políticas vigentes e as suas nefastas consequências é o começo para se buscar estratégias alternativas. Precisamos do envolvimento maior de setores da sociedade que antes não tiveram a chance, ou a coragem, de se manifestar, deixando a margem do problema para participar ativamente em prol de uma solução melhor.

Durante muitos anos, milhares de vidas foram sacrificadas na luta contra as drogas, assim como foram gastos enormes quantidades de recursos econômicos públicos e privados que poderiam ter sido investidos em outros setores mais importantes.

Neste trabalho, pretendemos mostrar que o importante neste momento é diminuir o dano que as drogas causam às pessoas que as utilizam, às suas famílias e à sociedade. Para isso, nosso objetivo não foi tolerar o uso de drogas, por saber o quanto de malefícios elas podem provocar.

Nosso objetivo foi mostrar a necessidade de mudança na perspectiva de ação. Pensamos ser mais eficiente, e menos danoso, tratar o problema como uma questão de saúde pública. Promover a redução do seu uso, com mais informação e prevenção, como pré-condição para diminuir a produção e a circulação.

Reduzir o consumo não é tarefa simples. Ficou evidenciado que onde há políticas públicas alternativas ao modelo repressivo contabilizou-se uma redução de danos significativos, principalmente relacionada à saúde e socialização dos usuários. Em países como Holanda e Portugal, apresentados nesta monografia, há uma focalização diversificada, mais humana e democrática em relação ao usuário.

A nosso ver, o ideal seria que a questão das drogas deixasse de ser um problema de polícia e fosse tratado de forma mais humanizada.

Conforme exposto, o número de ocorrências policiais registrados é extremamente alto, o que implica num esforço, ainda crescente e oneroso, de contenção do avanço das drogas por meio da ação policial.

A sociedade ainda prefere continuar acreditando que o aumento da violência advinda do uso e do tráfico de drogas está na inação ou ausência policial e, este anseio move o Estado, do legislativo (na confecção das leis) ao judiciário (nas condenações). O que não se mostra é a ineficácia do sistema proibicionista e da repressão criminal. O aumento da resposta punitiva não corresponde a uma redução da prática do crime, conforme objetiva as respectivas penas.

Consideramos neste trabalho que a Lei nº 11.343/06 foi um avanço para o sistema jurídico-penal em nosso País. Com a despenalização do usuário abriram-se as portas para mudanças futuras, como as discutidas no projeto de reformulação do Código Penal Brasileiro, em que a descriminalização é uma opção real.

Embora os avanços legais sejam inegáveis, a despenalização não foi suficiente para uma resposta eficiente relacionada às drogas. Pensamos ser necessário afastar definitivamente o Direito Penal da relação com o usuário de drogas. As polícias poderiam estar investindo seu pessoal e seu tempo na resolução de crimes mais graves e mais danosos à sociedade se não tivessem mais que combater o consumo.

Existe um reconhecimento global e crescente de que tratamento e reabilitação dos consumidores de drogas seriam mais eficazes do que a punição, via sistema penal. Acreditamos que esse seja o caminho, juntamente com programas de prevenção atuantes, capazes de fazer chegar a mensagem ao destinatário final, para que não se torne um futuro

usuário de drogas. Entendo que parcerias são estritamente necessárias para conseguirmos atingir esse objetivo.

O Estado tem sim seu papel, mas como seria mais abrangente e melhor distribuída a responsabilidade se cada sindicato, cada instituição educacional e de saúde, de assistência social, enfim, tivesse obrigatoriamente de ter em seu cotidiano uma política de prevenção.

Embora nossa legislação tenha aprimorado a relação do tratamento do usuário de drogas, ainda falta muito para chegar a níveis mais humanos e garantistas dos direitos básicos do cidadão.

Referências

ANDRADE NETO, Geraldo Dutra de. **Determinação ao Poder Público para custeio de tratamento do viciado em drogas e emprego de meios coercitivos pelo Poder Judiciário na nova Lei de Tóxicos: possibilidade de bloqueio de valores em contas públicas.** BDJUR, Brasília, DF. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8822>. Acesso em: 07/07/2011.

BACILA, Carlos Roberto e RANGEL, Paulo. **Comentários Penais e Processuais Penais à Lei de Drogas.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

BIZZOTTO, Alexandre; RODRIGUES, Andreia de Brito e QUEIROZ, Paulo. **Comentários Críticos à Lei de Drogas.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BRASIL, Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2012. Senado Federal.

CERVINI, Raúl. **Os Processos de Descriminalização.** 2. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CARVALHO, Salo de. **A Política Criminal de Drogas no Brasil, Estudo Criminológico e Dogmático da Lei 11.343/06.** 5ª Edição, Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2010.

CNM – Confederação Nacional de Municípios. Disponível em: www.cnm.org.br. Acesso em 10/11/2011.

DE SOUZA, Sérgio Ricardo. **Comentários à Lei Antidrogas (11.343/06): Pós-Reformas do CPP, Doutrina e Jurisprudência pós-reformas de 2008.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

DEL OLMO, Rosa. **Drogas: Inquietudes e Interrogantes.** Série: Textos para su Estudio nº 4. 1 Ed. Caracas – Venezuela: Enero, 1998.

Drogas: Aspectos Penais e Criminológicos / coordenador Miguel Reale Junior; Alberto Zaccharias Toron ... [et al]. “Primeiro Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP”. 1. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

Drogas e Democracia: Rumo a uma mudança de paradigma, Declaração da Comissão Latino-Americana Sobre Drogas e Democracia. Membros da Comissão César Gaviria, Ernesto Zedillo e outros, 2011. Disponível em: www.drogasedemocracia.org/arquivos/declaração_portugues_site.pdf.

FARIAS JUNIOR, João. **Manual de Criminologia.** 3. Ed. Curitiba: Juruá, 2001.

GRECO FILHO, Vicente. **Tóxicos: Prevenção-Repressão, comentários à Lei n. 11.343/2006 – Lei de Drogas.** 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Lei de Drogas Comentada: Lei 11.343, de 23.08.2006, Artigo por Artigo / coordenador Luiz Flavio Gomes; Alice Bianchini ... [et al]. 2. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Leis Penais Comentadas. Coordenadores Alexandre Jean Daoun e Marco Aurélio Florêncio Filho. Comentários à Lei de drogas, Lei nº 11.343/2006 – Leonardo Siqueira, pp 511-552. Considerações Criminológicas sobre a Repressão ao Uso e ao Tráfico de Drogas – Lei nº 11.343/2006 – Alberto Zacharias Toron, pp 553-563. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

LUCHIARI, Edemur Ercílio e DA SILVA, José Geraldo. **Comentários à Nova Lei sobre Drogas: Lei n. 11.343/06**. Campinas: Millenium, 2007.

LUISI, Luiz. **A Legislação Penal Brasileira sobre Entorpecentes**. In Drogas: abordagem interdisciplinar. Fascículos de Ciências Penais, v.3. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1990.

MAIEROVITCH, Walter Fanganiello. **Guerra Perdida: A repressão aos usuários de drogas caiu em descrédito**. Revista Carta Capital, 26/05/2009, disponível em: www.drogasedemocracia.org.

MARCÃO, Renato. **Tóxicos: Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Nova Lei de Drogas, Anotada e Interpretada**. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
Nova Lei Antidrogas Comentada – Lei nº 11.343 / coordenador Marcello Ovidio Lopes Guimarães; Ruy Cardozo de Mello Tucunduva Sobrinho... [et al]. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2007.

Nota à Imprensa: **Contra a descriminalização do porte de drogas para consumo**. Texto na íntegra no site www.tjdft.jus.br, acesso em 20/06/2012.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil: Evolução Histórica**. 2. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PRADO, Geraldo. **Elementos para uma Análise Crítica da Transação Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: Locais de Internação para Usuários de Drogas. Organização: Comissão Nacional de Direitos Humanos e Conselho Federal de Psicologia. 1ª Edição, Brasília, 2011. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/noticias/noticiaDocumentos/Relatorio_Insp_ecao_Direitos_Humanos.pdf. Acesso em 29/11/2011.

REZENDE, Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de. **A ilusão do Proibicionismo: Estudo sobre a criminalização secundária do tráfico de drogas do Distrito Federal**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Obra inédita.

RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. **Controle Penal sobre drogas ilícitas: O impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Direito Penal, Medicina Legal e Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Obra inédita.

THUMS, Gilberto e PACHECO, Vilmar. **Nova Lei de Drogas: Crimes, Investigação e Processo**. 3. Ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010.

WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. **Uso de Drogas e Sistema Penal: Entre o Proibicionismo e a Redução de Danos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

Ilustríssimo Sr. Diretor da DEPO,

Eu, Simone Staciarini Puttini de Almeida, agente de polícia, mat. 57.466-X, lotada na 2ª DP, e estudante de graduação do curso de direito, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, venho por meio desta, solicitar uma pesquisa estatística, nos sistemas da PCDF, da instauração de procedimentos, Termos Circunstanciados e Inquéritos Policiais, nos anos de 2002 até 2011, indicados mensalmente (de janeiro a dezembro), dos crimes tipificados no art. 12 (tráfico) e art. 16 (uso) da Lei 6.368/76 e, a partir de 2006, com a entrada em vigor da nova lei de drogas nº 11.343/06, dos crimes tipificados nos artigos 28 (uso) e 33 (tráfico). Gostaria de obter tais dados referentes a todas as delegacias de polícia do Distrito Federal e, em separado, também referentes à instauração na 2ª DP, local em que trabalho. Para que fique claro quais os dados solicitados, seguem anexas as tabelas, que servirão para um prévio entendimento. Tal pesquisa será de extrema importância para o embasamento e enriquecimento da minha monografia de final de curso, que deverá ser entregue neste primeiro semestre de 2012. Devido ao prazo para escrever e terminar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), se possível, peço **urgência** no atendimento. A monografia terá o seguinte tema: **O TRATAMENTO LEGAL DO USUÁRIO DE DROGAS**. Estou à disposição para qualquer dúvida (telefones: 9976-8350, 3349-1916, 3037-2087) e, desde já, agradeço a atenção.

Segue em anexo cópia da Carteira de Estudante e grade horária do aluno do primeiro semestre de 2012.

Simone Staciarini Puttini de Almeida

DADOS DE TODAS AS DP'S

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

DADOS DA 2ª DP

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

[illegible][illegible][illegible]

